



Anais da Assembléia

N. 134

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 114.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1.987
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artação Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Brondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Mensagens:

MENSAGEM N. 116/87

Curitiba, 16 de novembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel, mediante transformação da atual Fundação Federação de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná.

A região oeste do Paraná necessita de uma estrutura de Universidade que possa responder às necessidades regionais em en-

sino superior, pesquisa e extensão de serviços à comunidade. Quatro Faculdades Isoladas da região, como sejam a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel; Faculdade de Ciências Aplicadas de Foz do Iguaçu; Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon; e a Faculdade de Ciências Humanas "Arnaldo Busato" de Toledo, já se dispuseram a congregar-se em uma Federação de Escolas, uma estrutura intermediária, mais vantajosa que uma faculdade isolada, porém que, deixa muito a desejar se comparada a uma estrutura Universitária.

Como as quatro referidas Faculdades, associadas, oferecem as condições básicas para constituir-se em uma Universidade, obedecidos os requisitos do Conselho Federal de Educação, e como os custos financeiros seriam semelhantes à instituição de uma federação de escolas, é preferível a criação da Universidade do Oeste do Paraná, no sistema de multi-campi, com campus nas quatro cidades acima referidas, constituídos pelas quatro faculdades pré-existent.

Essa estrutura permitirá um desenvolvimento acadêmico expressivo, criação de novos cursos e amparo à pesquisa, de modo que toda a região tenha uma resposta adequada em matéria de ensino superior, através de sua universidade do oeste.

Para isso, e atendendo aos superiores interesses do ensino superior é que se propõe, através do Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, a transformação da Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná, criada pela Lei n. 8.464, de 15.01.87 e instituída pelo Decreto 399, de 27.04.87, em fase de instalação, em uma outra Fundação, com o nome de Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI N. 337/87

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, mediante transformação da Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná.

Art. 2º - São fins da Fundação Univer-

sidade Estadual do Oeste do Paraná a realização e o desenvolvimento da educação superior, da pesquisa e da extensão, e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

Art. 3º - A Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná competirá inicialmente a manutenção das seguintes instituições de ensino superior isoladas:

I - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL;

II - Faculdade de Ciências Aplicadas de Foz do Iguaçu - FACISA;

III - Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon - FACIMAR;

IV - Faculdade de Ciências Humanas "Arnaldo Busato" de Toledo - FACITOL.

Parágrafo Único - A Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná deverá desenvolver de imediato o processo necessário para a criação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE resultante da Congregação das quatro faculdades referidas no "caput" deste artigo.

Art. 4º - A Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná gozará de autonomia administrativa, didático-científica, disciplinar e financeira, nos termos da lei.

Parágrafo Único - O Governador do Estado designará representantes do Governo nos atos constitutivos da Fundação.

Art. 5º - A receita financeira da Fundação será proveniente:

I. das dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento do Estado;

II - dos auxílios, doações e subvenções federais e municipais, ou de outras origens;

III - das contribuições escolares;

IV - das taxas e emolumentos escolares;

V - dos rendimentos de serviços prestados;

VI - das contribuições financeiras decorrentes de convênio, acordo ou contrato;

VII - das rendas patrimoniais;

VIII - das rendas eventuais;

IX - de saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art. 6º - O Patrimônio da Fundação será constituído:

a) dos bens imóveis, móveis, equipamentos e instalações que lhe forem expressamente destinados;

b) dos saldos dos exercícios anteriores;

c) dos auxílios, doações e legados recebidos de pessoas naturais ou entidades de direito público ou privado.

Art. 7º - Dentro de 120 dias a contar da publicação da presente Lei deverá ser elaborado o Estatuto da Fundação, para aprovação do Governador do Estado.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na

data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 337/87

PARECER:

O Presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 116/87, visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, mediante transformação da Fundação Federal Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná.

Na Constituição Federal, no seu art. 8º, § Único, encontramos a delegação da competência da União para o Estado no Legislar da matéria sobre diretrizes e bases da Educação.

Há por outro lado, a questão de que a Região Oeste do Paraná necessita de uma estrutura de Universidade que responda as necessidades regionais no aspecto de Ensino Superior. Tal medida proporcionará desenvolvimento acadêmico expressivo, a criação de novos cursos atendendo ao que se propõe pelo Ensino Superior à Comunidade.

Assim sendo, por ser a proposição meritória e justa, tanto quanto benéfica, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela Aprovação do Referido Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

(a) ilegível

Relator

e mais 7 (sete) assinaturas ilegíveis.

Mensagem n. 117/87

Curitiba, 16 de novembro de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir a gratuidade do ensino em todas as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná.

A gratuidade do ensino superior oficial, objetivo apontado pela proposição que ora encaminho a essa Augusta Assembleia Legislativa, é, na verdade, parte de uma das metas prioritárias de meu governo: a educação. Para atingi-la não pode haver empecilhos em qualquer das etapas de sua graduação.

Se o ensino básico é essencial para dotar a população de melhores condições no sentido do atingimento de uma melhor es-

estrutura pessoal de cada um de seus componentes, como também melhorar o seu posicionamento social, o ensino superior não deve ser tratado de maneira diferente, eis que no percurso do desenvolvimento educacional global, tal ensino consubstancia-se em ponto de chegada no processo de educação formal e, pelo exercício das mais variadas atividades profissionais de cunho universitário, ponto de partida para a participação do estudante no processo do desenvolvimento comunitário. O custeio dos estudos do grande contingente de alunos carentes, tanto no ensino básico como no superior, não pode ser, portanto, um obstáculo às suas pretensões. Que não seja a pobreza a espiral que se alimenta a si mesma. Quebrar o círculo vicioso da carência, através de uma melhor distribuição de oportunidades é um dever de todo o governante, razão pela qual encaminho a essa Augusta Casa de Leis o presente Anteprojeto.

Diante do atual quadro econômico que se desenha não só em nosso Estado, mas no Brasil todo, não é de muito equilíbrio a situação financeira das Instituições de Ensino Superior mantidas pelo governo estadual, nada representando, para melhorá-la, o percentual significativamente pequeno do aporte de recursos oriundo do pagamento das mensalidades pelos alunos. De qualquer forma, o Estado precisaria investir muito para a manutenção de um funcionamento eficiente de tais instituições, com ou sem os parcos auxílios das mensalidades escolares.

As necessidades do mercado de trabalho ao qual chegam muitos jovens, a cada ano, e toda a série de benefícios que seus conhecimentos superiores especializados fazem chegar à vida social, por si só já justificariam a medida proposta, pela qual será atingida certamente com maior facilidade, se aprovada a presente proposição, a meta principal de meu governo, traduzida no crescimento e na felicidade do povo paranaense.

Certo de que a medida ora encaminhada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N. 335/87

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir gratuidade do ensino em todas as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará por decreto a aplicação desta lei.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 335/87

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo, o Presente Plano de Lei, veio à esta Casa através da Mensagem Governamental n. 117/87. Tem o mesmo o propósito de autorizar o Poder Executivo a instituir em todas as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado a gratuidade do Ensino.

A Educação é direito Constitucional assegurado tanto pela Constituição Federal como pela Constituição Estadual, respectivamente os artigos 176 e 137. Por ser dever do Estado e por ser direito de todo o Cidadão Brasileiro é que vemos ser a proposição aqui proposta justa, benéfica e meritória.

Assim sendo, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, já que esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontra que impeça a legal tramitação da matéria por esta Casa. Opinando-se pela Aprovação da mesma.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

COMISSÃO DAS FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 335/87

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei originário da Mensagem Governamental n. 117/87, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a instituir gratuidade do ensino em todas as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná.

Foi o mesmo devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, merecendo Parecer Favorável em relação a sua legalidade e constitucionalidade.

Ao procedimento de sua análise, por esta Comissão de Finanças só encontramos aspectos meritórios, os quais nos convencem plenamente da importância da medida, através dos objetivos apresentados.

Assim sendo é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) KIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

(a) ilegível

Relator

Mensagem n. 118/87

Curitiba, 17 de novembro de 1987.
Senhor Presidente.

Através da presente encaminho a Vossa Excelência, para fins de exame e deliberação dessa Augusta Casa de Leis, a inclusa

proposição formulada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, objetivando alterar dispositivos da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), conforme Ofício n. 609/87, da Presidência daquela Corte de Justiça, a mim dirigido nesta data e cujo teor, em cópia autêntica, segue em anexo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N. 336/87

Art. 1º - O artigo 30 e inciso I do artigo 33, da Lei 7297 de 08 de janeiro de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. O Tribunal de Alçada, com sede na Capital do estado e jurisdição em todos o seu território, compõe-se de 25 Juizes, cujo número, mediante proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, poderá ser alterado."

"Art. 33

I - em matéria cível, a recursos:

a) nas ações relativas à locação de imóveis;

b) nas ações possessórias;

c) nas ações relativas a matéria fiscal da competência dos municípios;

d) nas ações de acidentes de trabalho;

e) nas ações de procedimento sumariíssimo, em razão da matéria;

f) nas execuções por título extrajudicial e nas ações relativas à existência, validade e eficácia de título executivo extrajudicial, exceto nas pertinentes à matéria fiscal de competência do Estado;

g) nas medidas cautelares e nos embargos de terceiro, referentes às ações especificadas nas letras anteriores."

Art. 2º - Ficam criados 04 cargos de Juiz do Tribunal de Alçada.

§ Único. A primeira vaga referente ao quinto constitucional, para efeito de alternatividade, será preenchida por advogado.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Alçada.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

N. 609/87

G.P.

Curitiba, 17 de novembro de 1987.

Senhor Governador:

Em atendimento aos fins legais e constitucionais, tenho a honra de passar

às mãos de Vossa Excelência o incluso Anteprojeto de Lei, que prevê modificações em dispositivos da Lei n. 7297 de 08 de janeiro de 1980, aprovado em sessão extraordinária do Tribunal Pleno deste Poder, realizada em 13 de novembro próximo passado.

As alterações em apreço dizem respeito à constituição do Colendo Tribunal de Alçada e à sua competência.

Antiga aspiração daquele Tribunal, a criação de uma nova Câmara Cível haverá de agilizar a prestação jurisdicional que lhe é afeta, aumentando-se-lhe a competência e com essa medida, atingindo reflexamente o Tribunal de Justiça em sua produtividade sem alterar a sua composição atual.

Encarecendo as providências de Vossa Excelência, para a rápida tramitação do presente, valho-me do ensejo para apresentar meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) Des. JORGE ANDRIGUETTO

Presidente do Tribunal de Justiça

Em exercício

Excelentíssimo Senhor

Doutor ÁLVARO FERNANDES DIAS

Digníssimo Governador do Estado do Paraná
NESTA CAPITAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 336/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 118/87, tem a finalidade de alterar dispositivos da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

Esta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto legal e constitucional da matéria nada encontrou que impeça a normal tramitação da mesma por esta Augusta Casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso PARECER FAVORÁVEL, opinando-se pela Aprovação do mesmo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

(a) Ilegível

Relator

e mais 4 assinaturas ilegíveis.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de indicar a Vossa Excelência os Deputados abaixo relacionados, para comporem a COMISSÃO DA PAZ.

1. Haroldo Rodrigues Ferreira
2. Irondy Mantovani Pugliesi
3. Nereu Carlos Massignan

4. Paulo Cesar Furiatti.

Sem mais para o momento, reitero a Vossa Excelência, meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 308-87, que altera disposições da Lei nº 7567, de 08 de novembro de 1982, que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 326/87, e sua inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei nº 226/87 e para o Projeto de Resolução nº 68/87.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a dispensa de Redação Final para os Projetos aprovados em 3. Discussão e que não tenham sofrido emendas nas sessões dos dias 16 e 17 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja o Projeto de Lei nº 316/87, datado de 29.10.87, de nossa autoria anexado ao projeto de Lei nº 008/87, de 12.03.87, de au-

toria do Deputado Anibal Khury, por tratar-se do mesmo assunto.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A elaboração do Projeto de Lei que recebeu o nº 316/87, dado entrada nesta Casa em 29 de outubro, foi iniciada, efetivamente, em maio do corrente ano.

Procurados pelos presidente e secretário da Associação dos Servidores de Escolas Estaduais do Paraná- ASEEP, e ouvida sua argumentação, verificamos que a entidade ainda não possuía "existência jurídica", conforme estabelecia a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978. O argumento que mais nos sensibilizou foi o relativo à necessidade de receita da Associação. Por ser de âmbito estadual, a cobrança das mensalidades só poderia ser feita via desconto em folha, o que só é possível para as entidades reconhecidas de utilidade pública.

Procedemos, pois, a rigoroso estudo da Lei nº 6.994, e verificamos ser possível, com a anuência do Douto Plenário desta Casa de Leis, uma reciclagem do prazo exigido, desde que para atender circunstância especial.

Elaboramos, pois, o Projeto de Lei que recebeu o nº 100/87, dado entrada nesta Assembléia Legislativa em 25 de maio/87, o qual mereceu o honroso Parecer Favorável das Comissões a que foi submetido, aprovado por unanimidade pelos nobres Pares deste Legislativo e, finalmente, sancionado pelo Governador do Estado, sob o nº 8.539, de 22 de outubro de 1987, que estabelecia, no acrescentado parágrafo 1º ao artigo 1º da Lei nº 6.994, o seguinte:

"Em casos especiais, a juízo da Comissão de Constituição e Justiça e deliberação do Plenário, o prazo do Item I poderá ser reduzido para 6 (seis) meses, atendidos os demais itens, quando "a entidade seja representativa de Servidores Estaduais e sua abrangência no âmbito estadual (... e sua receita se origine de contribuições cuja cobrança deva proceder-se por meio de desconto em folha).

(*)

Sancionada essa Lei nº 8.539, de 22 de outubro/87, elaboramos esse Projeto de Lei nº 316/87, dado entrada nesta Casa a 29 de outubro passado, propondo então - já sob amparo legal, a Declaração de Utilidade Pública da Associação dos Servidores de Escolas Estaduais do Paraná- ASEEP.

Agora, enquanto aguardávamos os Pareceres a que devem sujeitar-se matérias desse conteúdo, fomos informados de que o assunto já fora objeto de outro projeto de lei, este de autoria do nobre Par Anibal Khury, dado entrada nesta Assembléia, sob

nº 008/87, em 12 de março de 1987, prece-
dência que não atendeu a manifesta urgên-
cia da matéria pela ausência de amparo le-
gal na ocasião o que só se materializou
com a sanção da Lei nº 8.539, de 22/ou-
tubro/87, citada anteriormente.

Isso exposto, rogamos respeitosamente
à Presidência desta Assembléia Legislativa
do Paraná, determinar, após a necessária
aprovação do Plenário, a solicitada ANEXA-
ÇÃO do Projeto de Lei nº 316/87, ao de nº
008/87, por tratar-se do mesmo assunto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que este
subscrive, vem respeitosamente, solicitar
ao Egrégio Plenário, propicie a mais de 1
mil e 300 famílias atualmente lançadas na
intranquilidade e na desesperança, ocasião
de serenidade, permitindo que se convoque
a esta Casa o Excelentíssimo Senhor Depu-
tado Mário Pereira, DD. Secretário de Es-
tado da Administração, EM CARÁTER DE UR-
GÊNCIA - para que explique a esta Assem-
bléia os critérios adotados pela chamada
"Comissão de Acúmulo de Cargos" para a ex-
clusão de servidores do Estado do serviço
público.

Pedimos que o Secretário venha respon-
der:

1. Sobre a fundamentação que deu ori-
gem a esta Comissão.
2. Sobre qual critério está sendo ado-
tado, para verificação da existência do
acúmulo de cargos.
3. Qual o verdadeiro espírito adotado
para esta verificação, já que há o grave
perigo da generalização e da polêmica, que
não condiz com a seriedade do trato com os
direitos dos trabalhadores, quanto ao ver-
dadeiro entendimento ao artigo 99 da
Constituição Federal em vigor.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

Não se trata de proteger as acumu-
lações de cargos imorais ou ilegítimas. Como
o jurista Castro Aguiar, cremos que "EM
GERAL as acumulações são nocivas, inclusi-
ve porque cargos acumulados são mal desem-
penhados".

No entanto temos tido notícia de in-
justiças já cometidas pelo arbítrio dos
membros da comissão, em generalizar a in-
terpretação do artigo 99 da Constituição
Federal. Por exemplo: A professora aposen-
tada Marisa Marilda Belon, que exerce a
função, através de contrato individual de
trabalho, junto ao DER, de assistente ad-
ministrativa junto à Diretoria de Construção,
está sendo caracterizada como culpada
de "Acúmulo ilegal de proventos com empre-
go público". Esta caracterização pusilâni-
me não é correta. E há jurisprudência au-

torizada que comprova a nossa afirmação:

Uma pessoa inativa - que conquistou
sua aposentadoria com longos anos de tra-
balho no magistério, e viu-se ainda com
força de trabalho condenada a receber uma
remuneração vexatória - pode - inclusive
nos termos da atual constituição - tornar
a vender ao Estado sua "força de
trabalho", não caracterizando acúmulo de
cargos.

Ensina o professor Ely Lopes Meirel-
les, no seu "Direito Administrativo Brasi-
leiro", às folhas 414, que "(...) pela
mesma razão entendemos que atualmente ine-
xistem óbices constitucionais à acumulação
de cargos, funções ou empregos do serviço
público, desde que o servidor seja remun-
erado apenas pelo exercício de uma das ati-
vidades acumuladas. Trata-se todavia de
uma exceção, e não de uma regra, que as
Administrações devem usar com cautela
(...) Daí resulta que um Juiz, um Profes-
sor, um Médico ou um ocupante de cargo
técnico ou científico, aposentado, poderá
exercer legitimamente, as acumulações pre-
vistas nos incisos do artigo 99".

A vinda do Deputado Mário Pereira a
esta Assembléia, dará ao Estado do Paraná,
representado pelo Governo e por esta As-
sembléia, nesta episódio, a ocasião de
evitar a injustiça por ignorância da Lei.

E poupará a muitas famílias de humil-
des servidores os penosos caminhos da bus-
ca da justiça por mandados de segurança,
que embora seguramente sejam acatados, re-
presentarão perda de tempo e de dinheiro
para quem já está oprimido pela difícil
situação do nosso Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive,
no uso de suas prerrogativas regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário a convoca-
ção do Presidente da COPEL, para que o
mesmo, perante este Plenário, possa infor-
mar aos Parlamentares sobre a aplicação
que terão os recursos denominados de "Exe-
cução de outros Programas e Atividades da
COPEL" segundo o que consta na Mensagem
governamental, que deu origem ao Projeto
de Lei nº 226/87.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

a) PEDRO TONELLI.

JUSTIFICATIVA:

Ao enviar a referida Mensagem que so-
licita a inclusão da expressão "Execução
de outros Programas e Atividades da
COPEL", sem justificar nem mencionar quais
seriam estes programas e atividades, o Se-
nhor Governador tenta conseguir mais um
"cheque em branco", deste Poder, para fa-
zer o que bem quiser dos recursos advindos
da Lei nº 8.470, de 30.03.87.

Ora, Senhores, o Governador do Estado já tem em mãos alguns "cheques em branco", repassados pelo Poder Legislativo deste Estado, que podem levar à falência o Paraná, sem que a Assembléia Legislativa sequer tome conhecimento disto.

Para que o Governador do Paraná não tenha aumentado o seu cacife para tal fim, estou propondo, através deste requerimento, a convocação do Presidente da COPEL para que o mesmo possa diante deste Plenário, expor quais seriam os programas e atividades que a referida empresa tem como necessários e que estão a exigir mais recursos que os previstos. Uma vez de posse destes dados que seriam fornecidos pela COPEL, este Poder poderá então votar pelo sim ou não a esta iniciativa do Executivo.

Qualquer atitude contrária denotará no mínimo, falta de percepção das prerrogativas de um Poder Legislativo, que se não está enfermo, cambaleia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do artigo 131 do Regimento Interno, vem expor e afinal REQUERER o seguinte:

1. O FATO

1. A Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, majoritária nesta Casa, por seu ilustre líder, Deputado Nestor Baptista, no dia 1.º de fevereiro de 1987, oficiou à Bancada do Partido da Frente Liberal comunicando a escolha dos nomes para compor a "Comissão Executiva". Na chapa, deixou vagos os cargos de 2.º e 4.º Secretários, a fim de ser pelo Partido da Frente Liberal indicado o nome de um de seus membros para ocupar a 2.ª Secretaria (doc. anexo).

Por intermédio do ofício n. 002/87, de 1.º de fevereiro de 1987, o signatário, na qualidade de Líder do Partido da Frente Liberal, cumprindo a decisão da Bancada, indicou o nome do ilustre Deputado Lindolfo Júnior para concorrer àquele cargo, integrando a referida chapa (doc. anexo).

Realizada a eleição, o nobre Deputado Lindolfo Júnior, representando a Bancada do Partido da Frente Liberal, foi proclamado eleito e empossado como 2.º Secretário da Mesa (cf. Diário da Assembléia de 01.02.87, pg. 06, anexo).

No mês de setembro último, o nobre Deputado Lindolfo Júnior desligou-se do Partido da Frente Liberal, em cuja legenda, mercê da receptividade ao seu programa e à qualificação de seus quadros, colheu o mandato popular. Em seguida, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro, conforme é de conhecimento público.

II. A NORMATIVIDADE

O "regime representativo" constitui um dos alicerces da organização política brasileira (art. 1.º, CF). Tal regime compreende duas modalidades eleitorais: a majoritária e a proporcional. Na majoritária (Executivo e Senado), como a palavra indica, considera-se eleito o candidato mais votado. Na proporcional (Legislativo), mediante a aplicação de fórmulas aritméticas, cuida-se de assegurar a participação escalonada de todas as correntes políticas significativas.

Ambas, no entanto, se processam através de Partidos Políticos, que detêm o monopólio da representação. Dita exclusividade vem consubstanciada no Código Eleitoral in verbis:

"Art. 87. Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por Partidos."

Interessa, na oportunidade, o modelo proporcional.

O Código, após traçar a fórmula de obtenção do número de lugares correspondentes a cada agremiação estabelece:

"Art. 108 - Estarão eleitos tantos candidatos registrados por Partido quando o respectivo quociente partidário indicar, na ordem de votação nominal que cada um tenha recebido."

Em seguida, para garantir a manutenção quantitativa das Bancadas Majoritárias, dispõe sobre a suplência, nos termos seguintes:

"Art. 112 - Considerar-se-ão suplentes da representação partidária:

I. Os mais votados sob a mesma legenda e aos eleitos efetivos das listas dos respectivos Partidos."

Estes preceitos legais são suficientes para caracterizar o vínculo entre Partido Político e os candidatos por ele registrados, vitoriosos nas eleições gerais.

Prova irrefutável desse liame é o fato de a Lei Orgânica dos Partidos Políticos reputar as suas bancadas como órgãos de ação parlamentar constituintes dos Partidos (cf. Art. 22, III, Lei n. 5682/71).

Não apenas as cadeiras dos Legislativos são preenchidas pela mediação partidária. Também no interior desses Poderes os lugares são ocupados por mandatários designados pelo Partido Político.

As comissões técnicas, permanentes e temporárias, órgãos de instrução no processo legislativo de investigação ou de estudos, devem ser formadas em obediência à participação proporcional dos Partidos nacionais presentes no respectivo Colegiado. Eis um imperativo decorrente da Carta

da República, art. 30, p. único, "a".

Pretende a aludida norma que as comissões espelhem o quanto possível fielmente a composição do Plenário.

Mais um passo e a matéria cai no âmbito do Regimento Interno.

Exceto o nosso, os Regimentos Internos das principais Casas Legislativas do país definem em capítulo próprio a figura do Líder da Bancada e seu papel.

Valham como exemplo os seguintes excertos:

"Art. 8.º - Os Deputados são agrupados por suas legendas partidárias, cabendo-lhes escolher um Líder, que ocasionalmente pode ser substituído por Vice-Líder.

Art. 9.º - É da competência do Líder de Partido, além de outras atribuições regimentais, indicar à mesa os membros de sua bancada para compor as Comissões da Câmara, ou, de qualquer forma, para representar a Casa."

(Reg. Int. da C. dos Deputados Resol. n. 30/72, consolidado em 1982).

"Art. 65 - É da competência do Líder do Partido, além de outras atribuições regimentais, indicar os representantes das respectivas agremiações nas Comissões."

(Reg. Int. do Senado Federal, Resol. n. 93/70, publicado com alterações em 1981).

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná (Resol. n. 11/60, publicado com alterações em 1979), tem a sua ordenação equivalente no artigo 38:

"Art. 38 - As comissões ... omissis...

O quociente final representará o número de eleitos, por partido, cujo líder indicará os respectivos nomes."

Desse modo, a pertinência à agremiação partidária é igualmente condição essencial para o deputado integrar comissões de qualquer tipo. O mesmo se aplica à substituição dos titulares "por indicação do líder do Partido a que pertencer o impedido ou ausente", na conformidade do estatuído no § 1.º, art. 1º do Regimento Interno.

Outro ente estrutural dos Legislativos é a Mesa, a quem "compete a direção de todos os trabalhos" (art. 20, do Regimento Interno).

Peculiaridade deste consiste na identificação entre Mesa e Comissão Executiva, embora com atribuições diversas, todavia imposta pelo art. 39, p. único (e art. 22), do Regimento Interno, modificada a redação pela Resolução n. 109, de 24.04.79:

"Art. 39 - ... omissis...

Parágrafo único. As Comissões Permanentes compõem-se... omissis... salvo a Executiva que será constituída pela Mesa ... omissis..."

Na verdade, apenas o Presidente, o 1.º e o 2.º Secretários compõem efetivamente a

Mesa. Os Vice-Presidentes, o 3.º e o 4.º Secretários permanecem na suplência, em atitude de mera expectativa da substituição do respectivo titular.

Pode afirmar-se, inclusive, que esta Assembléia Legislativa, em rigor, não possui Mesa. Dirige-a uma Comissão, a Comissão Executiva.

À parte a incongruência, a Mesa tem origem eletiva. O texto do art. 21 do Regimento Interno não permite dúvida a esse respeito:

"Art. 21 - A Mesa eleita no início de cada sessão legislativa... omissis..."

Entretanto, na raiz do processo eleitoral tendente a personificar a Mesa instaura-se uma instância partidária. Consuetudinariamente, ao longo de inúmeras legislaturas pretéritas, o costume consagrou a partilha de tais cargos entre as agremiações representadas na Assembléia, de modo a contemplar os grupos minoritários. E na lição de H. Levy-Bruh (Sociologia de Direito), "o costume é a força vital das instituições jurídicas. Não constitui uma fonte do direito entre tantas outras: não seria exagero dizer que é a única fonte do direito". Nem poderia ser diferente, numa Casa assentada sobre Partidos Políticos e deles dependente para cumprir sua nobre missão.

Cláusula não escrita no Regimento Interno, sem conflitar com regra expressa, mas ocupando espaço da "Vacatio legis", adquire ela normatividade semelhante à do decreto positivado, graças à observância continuada.

Em todas as chapas disputantes na eleição dos cargos da Mesa, protocolos são avençados entre os Partidos, sob forma de coligação dirigida a objetivos convergentes. Tutela essas composições o signo da proporcionalidade entre os Partidos, evidentemente adaptada às circunstâncias.

O que importa é deixar sublinhado, como ficou e extreme de dúvida, o caráter partidário das alianças, sua dimensão exclusivamente institucional e não individual.

Além do mais, em termos de Partido Político o rompimento do vínculo sem a devolução do cargo, e a mudança do ocupante para outra legenda, importa na alteração da correlação de forças políticas ajustada na aliança pré-estabelecida. Um efeito dessa magnitude ultrapassa o limite do ato individual para afetar o equilíbrio do quadro parlamentar. Essa repercussão prejudicial ao núcleo do poder que representava, agravada pela correspondente vantagem aos novos parceiros, talvez contendo res no episódio eleitoral interno, inquina a atitude como politicamente inadmissível. E a "praxis" política civilizada só é viável onde os "pacta sunt servanda", on-

de, acima da lei, paira a fidelidade às origens partidárias.

Sucedendo os aspectos jurídicos e políticos, avulta a nota de cunho ético.

Todo aquele que exerce cargo em virtude de indicação de entidade de qualquer natureza à qual pertença, deve fazê-lo tão somente enquanto mereça a confiança ou não perca a condição de membro do grupo. Isto porque, no caso, a titularidade na função não se deve a requisitos exclusivamente individuais, mas antes de tudo por sua pertinência ao agrupamento.

Destarte, quer por discrepar dos interesses da coletividade restrita, ou não mais integrando o colegiado, o título de legitimidade da delegação perde a validade. Em seguida, ao momento em que sobrevêm uma das duas condições o representante do grupo está moralmente obrigado a devolver o cargo aos outorgantes da indicação.

A propósito, o Deputado Lindolfo Júnior, por duas vezes, no Plenário desta Casa, creditou às "Oposições" sua indicação à Segunda Secretaria. Na sessão do dia 27 de outubro, por exemplo, ele textualmente afirmava:

"E quando chegamos na Assembléia Legislativa, fomos sim, concorrer a um cargo na Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, e como um dos mais jovens parlamentares deste País, fomos escolhidos, em nome das oposições para representar (grifo nosso) e bem gerir a coisa pública, o dinheiro que é recolhido com tanto sacrifício por parte da população..." (cf. notas taquigráficas e Diário Oficial da Assembléia).

Portanto, reconheceu também que se as chamadas "oposições" retirarem o apoio à sua permanência no cargo, terá que renunciá-lo inapelavelmente.

III.O PEDIDO

Restou fartamente demonstrado que o ilustre Deputado Lindolfo Júnior rompeu vínculo com o Partido Político patrocinador de sua investidura na Segunda Secretaria. Aplicando-se-lhe as considerações acima tecidas, de natureza jurídica, política e ética, fica patente a extinção do seu mandato como membro da Mesa, no momento em que deixou as fileiras do Partido da Frente Liberal. Cumpre, simplesmente, declará-la para os devidos fins.

Nestas condições requiero a Vossa Excelência que, no uso das atribuições constantes dos arts. 24 e 25, XXIV, submeta esta petição à Mesa, composta na forma do art. 20, "caput", para o fim de serem tomadas as providências contidas no art. 23, I, todos do Regimento Interno.

Aludidas providências consistem na declaração solene da vacância do cargo de

2.º Secretário da Mesa, bem como a convocação de sessão extraordinária destinada a preencher o cargo vago.

Requeiro ainda, que por ocasião do exame desta postulação, seja observada a regra do art. 158, "b", do Regimento Interno, em relação ao ilustre Deputado Lindolfo Júnior, à vista de seu notório interesse individual no desfecho da causa. Tratando-se de substituição para tanto espera-se a convocação do Secretário colocado na ordem do art. 30, do Regimento Interno.

Requeiro finalmente, que a decisão definitiva do presente requerimento, naturalmente favorável, seja registrada no livro previsto no art. 99, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Líder do PFL

"Of. n. 002/87, Lid. PFL.

Curitiba, 01 de fevereiro de 1987.

Senhor Deputado:

Dirijo-me a Vossa Excelência para acusar o recebimento do seu ofício informando a decisão da sua bancada quanto à chapa oficial para a disputa em relação ao pleito da Mesa Diretora desta Assembléia Legislativa.

Outrossim, informo que por decisão dos Deputados do Partido da Frente Liberal, fica indicado o nome do Sr. Lindolfo Júnior, para concorrer ao cargo de 2.º Secretário, integrando a referida chapa.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

(a) Deputado BASÍLIO ZANUSSO
Líder do PFL

Excelentíssimo Senhor

Nestor Baptista

DD. Deputado Estadual

N/Edifício.

Curitiba, 01 de fevereiro de 1987.

Senhor Deputado:

Tem o presente a finalidade de comunicar a Vossa Excelência que, em reunião ocorrida na data de hoje, 01/02/87, a Bancada do PMDB escolheu os seguintes nomes para compor a Comissão Executiva desta Casa:

Presidente: Antônio Annibelli

1.º Vice-Presidente: Eduardo Baggio

2.º Vice-Presidente: Ferrari Júnior

1.º Secretário: Anibal Khury

2.º Secretário:

3.º Secretário: Vera Agibert

4.º Secretário:

(a) Deputado NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo e PMDB

Excelentíssimo Senhor

Deputado BASÍLIO ZANUSSO

DD. Líder do PFL

N/Edifício.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja dado como lido o pronunciamento em anexo.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Não bastasse o achatamento salarial, movido por uma política econômica inteiramente fora da realidade, a população ainda é obrigada a se submeter aos abusos da cobrança de taxas e serviços por parte das empresas estatais.

O melhor exemplo são os reajustes constantes e descabidos, em muitos casos de até 1000%, nas contas de água. Vejam os Senhores que uma conta da SANEPAR, de um condomínio na avenida João Gualberto, que em setembro era de Cz\$ 7.995,00 para um consumo de 833 m, em outubro subiu para Cz\$ 16.200,00 para um consumo de 824 m. Portanto, cerca de 120% mais caro.

Pergunto: onde está a seriedade do Governo Álvaro Dias, que apregoa a Justiça Social, a racionalidade?

Que justiça podemos esperar, se uma empresa do próprio governo comete abusos desta natureza.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Acredito que a racionalidade viria somente com o emprego do bom senso. Que as taxas e serviços públicos sejam reajustados pela URP - Unidade de Referência de Preços -, já que é este índice que reajusta os salários dos trabalhadores.

Caso contrário, responsabilizaremos, como a população já tem feito, diga-se de passagem, o próprio Governo pelos desajustes que vem ocorrendo, levando-o ao descrito total.

E estes fatos, inclusive, vêm comprovar a demagogia existente nos discursos do Governo ao reconhecer o achatamento salarial. Na verdade, o Governo é um dos principais responsáveis por este achatamento, pois são os serviços e taxas dos órgãos e empresas públicas que mais estão encarecendo o custo de vida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do dia de 18/11/87 do Projeto de Lei n. 97/85, transformado em Projeto de Resolução n. 85/86, de autoria do Nobre Deputado Nilso Squarezi, que objetiva a criação do Município de Nova Tebas.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

Apoiamto: Werner Wanderer, Raul Lopes, Basílio Zanusso, Alexandre Ceranto, Niton Barbosa, Vera Agiert, Valderi Mendes Villela, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Masignan e Amélia Hruschka.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido, em Ata da presente sessão, Voto de Profundo Pesar, pelo passamento do Senhor José Pedro Stremel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa, em data de 17 de novembro em curso.

Pertencente à tradicional família pontagrossense, o extinto era casado com Dona Maria Antonia Pitella Stremel e deixa um filho, Senhor Gilberto Stremel casado com Dona Sirlene Stremel, bem como 4 netos.

O infausto acontecimento veio sensibilizar de forma profunda a sociedade local, onde gozava do mais elevado conceito por parte daqueles que com ele conviveram e com os quais se relacionou em função de atividades profissionais pois que foi funcionário da Empresa Armazéns Larocca por muitos anos, tendo depois dedicado-se à área do Ensino, onde exerceu o cargo de Inspetor de Alunos, aposentando-se.

Desta decisão, REQUER ainda seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Luiz de Camões, 70 - Bairro Uvarana - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no gozo de seus Direitos Regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do jovem Jaffer Franco, ocorrido em Paranavaí, no dia 14 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Nosso requerimento se faz em virtude deste brilhante jovem ter se constituído em uma das grandes esperanças que floresciam na juventude de Paranavaí, e que infelizmente, teve solopada sua vida em um grave acidente automobilístico, ocorrido na BR-376, próximo a Paranavaí.

Perde Paranavaí, mais um de seus promissores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão de votos de profundo pesar pelo falecimento do Jornalista Mbá de Ferrante.

O jornalismo paranaense está de luto pela morte de Mbá de Ferrante, jornalista que por mais de duas décadas pertenceu a equipe da "Gazeta do Povo". A vida deste grande jornalista foi marcada pela atividade ininterrupta nos jornais e emissoras de rádio, onde foi também locutor esportivo. Participou também de inúmeras outras atividades, ligadas a clubes como Curitiba e Thalia. Sua falta será sentida pela sociedade em seu todo, considerando que foi Mbá de Ferrante membro ativo, digno e atuante desta.

REQUER, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento à família enlutada e ao Sindicato de Jornalistas do Paraná (Praça Carlos Gomes) e à direção do Jornal "Gazeta do Povo" (Praça Carlos Gomes - endereço em que poderá ser encaminhado também à família enlutada).

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado, em Ata desta sessão, voto de congratulações ao Jornal "Folha de Londrina", pela passagem do 39º aniversário.

Outrossim, REQUER, ainda que se dê ciência da decisão da Casa ao presidente do referido Jornal, ao Senhor João Milanez.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Há 39 anos a "Folha de Londrina" vem prestando serviços à comunidade, através do jornalismo sério, imparcial e inteligente. O referido veículo de comunicação acelerou o desenvolvimento da região norte do Estado ao transmitir informações, experiências principalmente voltadas ao setor agropecuário, principal vocação do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio e votos de louvor ao Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, João Carlos Finardi.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O Conglomerado BANESTADO vem se destacando a nível nacional, prestando relevan-

tes serviços em diferentes setores, graças à atuação dinâmica, competente e comprometida com a seriedade de seu presidente e suas diretorias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviado cópia deste expediente, anexando "xerox" do ofício n. 296/87-GAB, do Prefeito Municipal de Arapoti, Dr. Luiz Fernando de Masi, ao Diretor da SANEPAR, Dr. Roque Piráquine, para que viabilize a solução do problema entre aquele órgão e os mutirantes do Projeto Mutirão, recentemente implantado naquele Município e que diz respeito às taxas de água e esgoto impostas, superiores às prestações por eles pagas.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com a implantação do Projeto Mutirão no Município de Arapoti, os seus mutirantes, conforme relata o ilustre vereador Homar Negrão, as prestações assumidas ficaram em torno de Cz\$ 148,00 (cento e quarenta e oito cruzados). Posteriormente, a taxação da água e esgoto pela SANEPAR, que atingiram uma cifra bem superior às mensalidades pagas, veio gerar um sério problema aos mutirantes, em razão do acréscimo que sofreram, em decorrência do elevado índice das taxas que lhes foram impostas por aquele órgão.

É mister, conseqüentemente, que estudos sejam viabilizados para se encontrar um denominados comum que venha a suavizar a situação daqueles mutirantes que se vêm repentinamente, sem condições para continuarem usufruindo dos benefícios criados pelo Projeto Mutirão relativos à casa própria. Criou-se, em verdade, um processo de desestabilização econômica entre os mutirantes que se encontram, em verdade, em difícil situação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Álvaro Dias, a seguinte solicitação.

Inclusão do trecho Cianorte-Umuarama-Guaíra na construção da Ferrovia da Produção.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) NILTON BARBOSA

Apoiamto: Nelson Vasconcellos e Dirceu Manfrinato.

JUSTIFICATIVA:

Umuarama, Cidade pólo da microregião 11, que compreende 24 municípios, concentra o maior rebanho bovino do Estado, com 1 milhão e 300 mil cabeças de gado, ocupando uma área de 750 mil ha. para pastagem, com uma produção de leite que gira em torno de 100 mil litros/ano, destacando-se entre as dez primeiras bacias leiteiras do Paraná. Ressalta-se, ainda, que na produção de alimentos ocupa uma posição privilegiada no Estado do Paraná, sendo responsável, apenas na safra 85/86, por: 20 mil toneladas de trigo, 21 mil 166 de soja, 10 mil 561 de milho, 165 mil 148 de mandioca, 8 mil 904 de mamona, 20 mil 887 de feijão das águas, 1 milhão 171 mil 629 de cana-de-açúcar, 5 mil 460 de arroz sequeiro, 12 mil 321 de arroz irrigado, 7 mil 611 de amendoim das águas, 107 mil 989 de algodão e 2 milhões 343 mil 650 toneladas de café.

Por outro lado, há que se considerar a licitação, já efetuada, no último dia 12, para construção da ponte que ligará nosso Estado ao vizinho Estado do Mato Grosso do Sul, via Porto Camargo, Distrito do Município de Icaraíma, que com certeza trará grande parte da produção matogrossense para a mencionada região.

Em face disso, aumenta a importância da obra solicitada, tendo em vista que a utilização da Ferrovia pelo Estado do Mato Grosso do Sul resultará em aumento de divisas ao Paraná.

Por esses dados, expressivos na produção paranaense, e também pela circulação de produtos do Mato Grosso do Sul no Paraná, é que venho justificar o meu pedido de que seja incluído o trecho Cianorte-Umuarama-Guaíra na construção da Ferrovia da Produção, pois a região carece de um meio de transporte mais eficaz e econômico para escoar sua produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam oficiados o Senhor Governador do Estado, Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral, no sentido de viabilizar a renovação do contrato com a CELEPAR, a fim de serem confeccionadas as etiquetas dos títulos eleitorais.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Atualmente os cartórios eleitorais do Paraná estão com seus serviços paralisados no tocante a confecção de Títulos Eleitorais, pois a CELEPAR, empresa que confeccionava as etiquetas, não teve seu contrato renovado, deixando, conseqüentemente, de

executar o serviço.

Constituindo-se o Título de Eleitor um documento indispensável para a prática de certos atos, é fácil imaginar os aborrecimentos que tem causado a todos os que dele necessitando e tem seu recebimento retardado.

No próximo ano haverá eleições, quando, com toda a certeza aumentará consideravelmente a procura de nossos Títulos Eleitorais. Portanto, solicitamos às autoridades competentes que renovem o contrato com a CELEPAR, ou contratem outra empresa que ofereça melhores condições. O que não pode, é persistir a situação atual, em um ano eleitoral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário sejam oficiados o Senhor Governador do Estado e o Secretário de Estado da Segurança Pública, com cópia do teor à AEPEP - Associação dos Escrivães de Polícia do Estado do Paraná, solicitando a aceleração nas nomeações de Escrivães de Polícia e Agentes de Segurança, aprovados em recente concurso público.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Os Escrivães de Polícia e Agentes de Segurança, aprovados em recente concurso público, estão sendo nomeados por ordem de classificação, da seguinte forma: 30 em 30, mensalmente.

Esta forma demandará um longo tempo até a efetivação de todas os aprovados, causando dissabores aqueles que se encontram à espera da nomeação, pois durante este espaço de tempo dificilmente obterão emprego na iniciativa privada.

Por outro lado, é do conhecimento de todos a defasagem dos quadros da Polícia Civil, frente aos elevados índices de criminalidade, existindo, inclusive, vários municípios em nosso Estado que não possuem nem Escrivão de Polícia, nem Agente de Segurança lotados em suas delegacias.

Pelo exposto, solicitamos aos órgãos competentes que acelerem as nomeações dos concursados, pois assim procedendo, contribuirão para amenizar a questão da deficiência de quadros da Polícia Civil, e também, o angustiante problema daqueles que estão à espera de sua efetivação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de Ofício ao Diretor-Presidente da COHAPAR - Companhia de Habitação do Para-

nã, solicitando Relação dos Compradores de Casas Populares do Conjunto Missões-PR., Bairro Pinheirinho - Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Não foi possível a este Parlamentar acompanhar o levantamento sócio-econômico dos habilitados às unidades residenciais do Conjunto Missões-PR, bairro Pinheirinho-Francisco Beltrão.

Temos sido procurados por inúmeras pessoas que haviam se candidatado às casas populares daquele conjunto, as quais desconhecem o resultado do citado levantamento e os parâmetros utilizados.

Alegam alguns terem sido preteridos em favor de outros que a rigor teriam necessidade menos premente.

A relação ora solicitada servirá para que possamos informar aos interessados a sorte de suas fichas cadastrais, possibilitando-lhes, no futuro, até corrigirem dados e informações anteriormente fornecidas, melhorando suas condições de habilitação.

De posse da relação ora solicitada, será mais fácil avaliar as alegações de alguns, até buscando razões que explicarão a seleção dos beneficiados e a desclassificação dos descontentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Heinz Georg Herwig.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

JUSTIFICATIVA:

Fui procurado, em meu gabinete, pelos moradores do bairro Cachoeira do Bonfim, Município de Almirante Tamandaré, sendo que os mesmos, após terem feito um abaixo-assinado, em virtude de que na Rodovia dos Minérios, na altura do Km. 11, onde atravessa o citado bairro, tem uma longínqua reta e um intenso tráfego, principalmente de caminhões pesados, afora o grande movimento de transeuntes e ciclistas que circulam pelo local.

Como inúmeros são os atropelamentos e choques de veículos naquela localidade, os citados moradores pleiteam que sejam construídas lombadas sobre a Rodovia, pois a sua necessidade é da máxima urgência, pois somente assim eles se sentirão com um pouco mais de tranquilidade.

Encaminho em anexo, a documentação mencionada, para que Sua Excelência, comprove a importância deste meu requerimen-

to.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a creche Santo Antônio localizada no Distrito de Farol do Oeste, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A creche Santo Antônio presta relevantes serviços no atendimento às crianças carentes daquela região. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro para continuar prestando serviços e melhorando o atendimento dispensado às crianças atendidas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB - CT, Dr. Sérgio Norberto Ferreira Ritzmann, no sentido de viabilizar a construção de 50 casas populares no Município de Piraquara.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderão ser obtidos através de consulta, ao Senhor Prefeito Municipal, Senhor Antônio Alceu Zielonka.

Devido ao déficit habitacional verificado no Município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

REQUER, ainda, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Cesar Benevides, Digníssimo Diretor Superintendente da FASPAR, solici-

tando auxílio financeiro para a creche Santo Antônio, localizada no Distrito de Farol do Oeste, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A referida creche presta relevantes serviços no atendimento das crianças carentes daquela região. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro para continuar prestando atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a creche José do Patrocínio, localizada no Distrito de Luiziana, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A creche José do Patrocínio presta relevantes serviços no atendimento àquela comunidade. Entretanto, por razões de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro para continuar prestando serviços no atendimento às crianças do Distrito de Luiziana e região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Cesar Benevides, Digníssimo Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a creche José do Patrocínio, localizada no Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A creche José do Patrocínio, no Distrito de Luiziana, atende as crianças carentes e filhos de trabalhadores que não dispõe de recursos para prestar outra forma de atendimento às crianças, que não seja o funcionamento da creche. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, a creche José do Patrocínio necessita de auxílio financeiro para continuar prestando serviços àquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente

requerimento, após a manifestação dos Deputados que integram todas as Bancadas com representação nesta Casa de Leis, REQUER, seja endereçado expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Cultura e Justiça e ao Presidente do Conselho Nacional de Cinema, pedindo atenção ao problema que expõe abaixo:

No 1º Encontro Nacional de Vídeo, realizado em São Paulo, foi celebrado um "acordo de cavalheiros" com o CONCINE, pelo qual as locadoras de todo o Brasil, comprometiam-se a respeitar os filmes selados e não comprariam mais novos filmes alternativos. O CONCINE, por sua vez, intensificaria a fiscalização para apreender as fitas chamadas piratas. E as distribuidoras de filmes obrigavam-se a lançar novos filmes no mercado, com preços compatíveis com a realidade econômica de nosso País e não dos Estados Unidos. Esse acordo, infelizmente, não foi cumprido por nenhuma das partes. O CONCINE, por falta de material humano, pois conta com menos de 20 funcionários, não pode exercer seu papel fiscalizador. As distribuidoras não fizeram os lançamentos prometidos, optando, por medida de economia por filmes antigos, muitos já superados, de baixa ou nenhuma aceitação junto ao público consumidor. As locadoras, de sua parte, viram-se, ainda que constrangidas, obrigadas a continuar valendo-se dos filmes alternativos. Com isso foram vítimas de fortes sanções, com pesadas multas, apreensão de acervo, ameaças e seus proprietários execrados publicamente, como se fossem marginais e não comerciantes e quase todos chefes de família, pessoas bem relacionadas na sociedade, mas que acabam sendo humilhadas.

É necessário que a direção do CONCINE conceda um prazo, nunca inferior a um ano, para que as locadoras possam se reestruturar e cumprir fielmente as determinações das autoridades superiores, retirando, só quando vencer esse prazo, todos os filmes alternativos hoje comercializados em todo o País.

Caso essa providência não seja imediatamente adotada, grande parte das locadoras cessará suas atividades, gerando até um sério e grave problema social, com o desemprego inevitável.

Trata-se de reivindicação do mais alto alcance social e cultural, razão que leva esta Casa de Leis a apelar às nossas autoridades para que abram entendimentos com as locadoras, através de suas entidades representativas, pois há, da parte destes, a melhor boa vontade para que seja encontrada solução para o incômodo impasse.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, manifestando o nosso apoio às reivindicações dos Escrivães de Polícia e Agentes de Segurança do Estado do Paraná, no sentido de que sejam efetuadas de uma só vez as nomeações dos mesmos, a fim de que sejam sanadas as deficiências naquele setor da Segurança Pública em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR-Doutor Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 50 casas populares, através do sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Guaratuba.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderão ser obtidos através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Senhor Acir Braga.

Devido ao déficit habitacional verificado no Município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

Requer, ainda, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de determinar estudos e agilização para a criação da Comarca de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI e

ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Um dos Municípios mais progressistas

da região Sul do Estado do Paraná, General Carneiro ostenta um índice de desenvolvimento que o habilita plenamente a sediar uma das novas Comarcas a serem criadas.

Muito bem servido por rodovias, General Carneiro é um importante entroncamento na Região Sul do Paraná: por ali passa a BR-153 (Rodovia Transbrasiliana), em demanda ao oeste catarinense alcançando o Rio Grande do Sul; dali partem a PR-170 (ligando o Sudeste aos Municípios de Bituruna, Pinhão e ao Centro-Oeste em Guaraçuva) e a PR-280 (principal rota de penetração para o Sudoeste Paranaense e a fronteira argentina).

Sediando uma das maiores reservas de pinheirais nativos do Paraná, General Carneiro prefigura um grande futuro como centro industrial madeireiro, com as primeiras unidades de transformação já sendo instaladas na sede do Município. Ainda mais, nos dias atuais, uma laboriosa comunidade agrícola tornou produtivas as férteis terras de seu território, com lavouras mecanizadas e de grande capacidade de geração de riquezas.

Outro fator justificatório da criação da Comarca de General Carneiro é o fato de que as duas sedes judiciárias atualmente existentes na Região são as Comarcas de União da Vitória e Palmas, com uma distância de 150 km. Nesse distante arco territorial, não existe hoje a presença imediata de uma autoridade Judiciária e todos sabemos que Justiça pronta é Justiça presente.

Ademais, com a criação da pretendida Comarca de General Carneiro, diminuirá consideravelmente a tramitação de processos na Comarca de União da Vitória, atual sede de jurisdição da área, a qual está muito sobrecarregada, o que impede uma prestação jurisdicional mais imediata, principalmente agora que se delineia dentro da nova Constituição a criação da Justiça Agrária, além de outros serviços judiciários especializados.

Tudo isto autoriza a conclusão de que se torna de fundamental importância para a população da região a ser beneficiada a criação de uma Comarca Judiciária em General Carneiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando em caráter de urgência, a construção de muro e calçada em toda a área que circunda a Escola Estadual "Theobaldo Miranda Santos", em Maringá.

1. Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias.

2. Secretário de Estado da Educação
Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, mui digníssimo Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja informada esta Casa de Leis, sobre as formas de pagamento do 13º salário dos Funcionários Públicos Estaduais.

Do aprovado, REQUER, ainda, que seja enviado, cópia aos ilustres Presidentes das Associações do Professor do Paraná e dos Servidores Públicos do Paraná, Senhores Paulo Maia de Oliveira e Fausto Luiz Abry, respectivamente.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

Segundo nota publicada na imprensa, houve um compromisso, empenhado pelo Governo do Estado, no sentido de que o pagamento do 13º salário dos funcionários públicos estaduais seja feito sobre os vencimentos e vantagens e que este compromisso estaria para ser quebrado, de acordo com declarações de pessoas do Governo. O boato é de que a incidência deste direito do trabalhador será somente sobre o vencimento básico, o que seria uma injustiça, pois a legislação não pode ser discriminatória, uma vez que o restante dos trabalhadores recebem integral este benefício.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação de Escola Agrícola de 2º grau no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O Município de Marechal Cândido Rondon se constitui hoje em um dos principais polos de desenvolvimento da Região Oeste. O forte é a produção agrícola, industrial e a agropecuária e que deles se originam todas as atividades produtivas dos demais setores da economia.

A implantação de uma escola agrícola de 2º grau dará boa formação profissional o que consideramos imprescindível aqueles que, num futuro próximo, terão sobre seus ombros a responsabilidade de conduzir e

administrar as propriedades rurais localizadas na região.

É grande o número de jovens no meio rural nos municípios que circundam Marechal Cândido Rondon e entendemos que a implantação desta escola os transformará em pessoas teoricamente melhor preparadas, e, em consequência disto, promoverá aumentos de produção e produtividade. Além disso, evitará que estes jovens se desloquem para outros locais em busca destes ensinamentos e certamente serão incentivados a se tornarem mão-de-obra especializada, o que impedirá, de certo modo o "exodo rural".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Antônio José Correia Ribas, Diretor Geral do DER, solicitando a construção das laterais da PR-495 na sede do Distrito de Flor da Serra no Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Por ocasião da construção da PR-495, que corta o Distrito citado, ficou pendente o término das laterais da referida rodovia, causando grandes transtornos aos moradores que diariamente transitam naquela vila. Tal obra concluída, trará maior conforto e segurança à população de Flor da Serra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado das Finanças Senhor Luiz Carlos Jorge Hauly, solicitando informações sobre o valor total da perda real do Município de Bandeirantes, no corrente exercício, em virtude da Lei 8.282 de 15 de Abril de 1986, decorrente da aplicação da Emenda 17 que determinou novas diretrizes à distribuição da cota parte do Município apontado, referente ao Imposto de Circulação de Mercadorias do Estado do Paraná.

Referida solicitação se faz em função da necessidade de se reprogramar a aplicação desses recursos, uma vez que o Município de Bandeirantes foi seriamente prejudicado, diminuindo sua arrecadação.

Do presente, REQUER se dê conhecimento à Câmara de Vereadores de Bandeirantes e ao Prefeito Municipal de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual, Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, solicita, o envio de telex propondo voto de louvor, aos Senadores e Deputados membros da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte que votaram pelo mandato de 04 anos para o Presidente Sarney.

Essa manifestação, desta Casa de Leis, vai ao encontro da ampla vontade popular. E aos parlamentares que corresponderam com esse anseio, cabe o nosso prestigiamento.

O Brasil começou a mudar!, Parabéns Constituintes, Eleições em 1988.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado Telex à Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte manifestando apoio e solidariedade à decisão de marcar as eleições diretas para presidente em novembro de 1988.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, em sua reunião no último domingo, conseguiu a felicidade de refletir com fidelidade o anseio da maioria da Nação ao marcar para novembro de 1988 as eleições diretas para Presidente da República.

O povo não quer um mandato de 5 anos para Sarney. Ninguém mais suporta a continuidade de um governo que está adotando os mesmos modelos herdados do regime anterior. A Nação anseia por mudanças, com eleições presidenciais em novembro de 1988.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Assembleia Legislativa, o editorial do Jornal "Indústria e Comércio", do dia 12 de novembro de 1987, que retrata a difícil situação e a fragilidade governamental no trato para com a Reforma Agrária, colocando o Paraná numa posição extremamente delicada.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 338/87

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Tenda Espírita São Jorge e Santa Bárbara, localizada na cidade de Umuarama - PR, à Rua Itacolomi n. 55.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A Tenda Espírita São Jorge e Santa Bárbara, da Cidade de Umuarama - PR, criada em 1983, é uma sociedade civil, religiosa espiritualista, com personalidade jurídica filantrópica, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, voltada para a prática da religião Umbanda e do Espiritismo.

Também, a finalidade da existência da referida entidade é procurar, por todos os meios, a exaltação das virtudes e o repúdio aos vícios, o respeito às leis e poderes constituídos do País, incentivando o espírito cívico e patriótico.

PROJETO DE LEI N. 339/87

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento do Segredo, com sede e foro na localidade de Segredo, Distrito de Paz, Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária para Desenvolvimento do Segredo, criada em 30 de março de 1985, na localidade de Segredo, Distrito de Paz, Município de Guarapuava, tendo como objetivos principais promover palestras, conferências, fóruns ou campanhas educativas; prestar assistência social, recreativa e técnica; contribuir com estudos e sugestões, ou através de meios naturais disponíveis, para o melhor desempenho e eficiência dos órgãos de segurança, saúde e educação; estimular o desenvolvimento e a defesa das atividades econômicas de caráter comum, técnicas, do meio ambiente, do consumidor contra crimes a economia popular e legais.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pa-

res, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 340/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Cândói, com sede na localidade de Corvo Branco, Distrito de Cândói, Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Cândói, criada em 24 de novembro de 1984, na localidade de Corvo Branco, Distrito de Cândói, Município de Guarapuava, tendo como objetivos principais incentivar o bom relacionamento entre entidades e lideranças locais com as chefias dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento das localidades; promover palestras, conferências, Foruns ou campanhas educativas, que despertem na comunidade elevada cooperação em benefício da ordem e da tranqüilidade pública; contribuir com estudos e sugestões, ou através de meios materiais disponíveis, para o melhor desempenho e eficiência dos órgãos de segurança, saúde e educação, do Distrito e localidades vizinhas.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 341/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Lar Espírita Fraternidade, de Valorização da Vida, com sede e foro em Paranavaí - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) EDUARDO BAGGIO
1º Vice-Presidente

JUSTIFICATIVA:

O Lar Espírita Fraternidade, de valorização da vida, está empenhado em assistir gestantes, mães e crianças carentes de Paranavaí e toda a região, conforme preceitua o seu regimento interno, que segue em anexo.

É necessário esclarecer, ainda, que o Lar Espírita Fraternidade, já é reconhecido de Utilidade Pública Municipal, con-

forme o determina a Lei n. 1.190/87, de 24 de agosto de 1987.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está aberta a sessão. É lida a Ata. Porém, antes de colocar em discussão a Ata, esta presidência tem a honra de comunicar a presença neste Plenário do ex-Ministro Deni Schwartz, Deputado colega desta Casa, o qual nos honra muito com sua presença.

Está em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira discutir, declaro-a aprovada.

Solicito do Senhor 1º Secretário que proceda à leitura do expediente que se encontra sobre a Mesa

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Anibal Khury)
(Procede à leitura do expediente).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente consultamos o Deputado Basílio Zanusso se fará uso do seu tempo?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sim.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso, no Grande Expediente.

Antes de darmos a palavra ao Deputado, este Plenário registra a presença do Dr. Emílio Mauro, funcionário desta Casa, atualmente exercendo o mandato de Vereador nesta Capital. Muito nos honra também com a sua presença.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados.
(Lê Requerimento conforme anexo)

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados (Lê):

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do artigo 131 do Regimento Interno, vem expor e afinal REQUERER o seguinte:

1. O FATO

1. A Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, majoritária nesta Casa, por seu ilustre Líder, Deputado Nestor Baptista, no dia 1.º de fevereiro de 1987, oficiou à Bancada do Partido da Frente Liberal comunicando a escolha dos nomes para compor a "Comissão Executiva". Na chapa, deixou vagos os cargos de 2.º e 4.º Secretários, a fim de ser pelo Partido da Frente Liberal indicado o nome de um de seus membros para ocupar a 2.ª Secretaria (doc. anexo).

Por intermédio do ofício n. 002/87, de 1.º de fevereiro de 1987, o signatário, na

qualidade de Líder do Partido da Frente Liberal, cumprindo a decisão da Bancada, indicou o nome do ilustre Deputado Lindolfo Júnior para concorrer àquele cargo, integrando a referida chapa (doc. anexo).

Realizada a eleição, o nobre Deputado Lindolfo Júnior, representando a Bancada do Partido da Frente Liberal, foi proclamado eleito e empossado como 2.º Secretário da Mesa (cf. Diário da Assembléia de 01.02.87, pg. 06, anexo).

No mês de setembro último, o nobre Deputado Lindolfo Júnior desligou-se do Partido da Frente Liberal, em cuja legenda, mercê da receptividade ao seu programa e à qualificação de seus quadros, colheu o mandato popular. Em seguida, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro, conforme é de conhecimento público.

II. A NORMATIVIDADE

O "regime representativo" constitui um dos alicerces da organização política brasileira (art. 1.º, CF). Tal regime compreende duas modalidades eleitorais: a majoritária e a proporcional. Na majoritária (Executivo e Senado), como a palavra indica, considera-se eleito o candidato mais votado. Na proporcional (Legislativo), mediante a aplicação de fórmulas aritméticas, cuida-se de assegurar a participação escalonada de todas as correntes políticas significativas.

Ambas, no entanto, se processam através de Partidos Políticos, que detêm o monopólio da representação. Dita exclusividade vem consubstanciada no Código Eleitoral *in verbis*:

"Art. 87. Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por Partidos."

Interessa, na oportunidade, o modelo proporcional.

O Código, após traçar a fórmula de obtenção do número de lugares correspondentes a cada agremiação estabelece:

"Art. 108 - Estarão eleitos tantos candidatos registrados por Partido quando o respectivo quociente partidário indicar, na ordem de votação nominal que cada um tenha recebido."

Em seguida, para garantir a manutenção quantitativa das Bancadas Partidárias, dispõe sobre a suplência, nos termos seguintes:

"Art. 112 - Considerar-se-ão suplentes da representação partidária:

I. Os mais votados sob a mesma legenda e aos eleitos efetivos das listas dos respectivos Partidos."

Estes preceitos legais são suficientes para caracterizar o vínculo entre Partido Político e os candidatos por ele registrados, vitoriosos nas eleições gerais.

Prova irrefutável desse liame é o fato de a Lei Orgânica dos Partidos Políticos reputar as suas bancadas como órgãos de ação parlamentar constituintes dos Partidos (cf. Art. 22, III, Lei n. 5682/71).

Não apenas as cadeiras dos Legislativos são preenchidas pela mediação partidária. Também no interior desses Poderes os lugares são ocupados por mandatários designados pelo Partido Político.

As comissões técnicas, permanentes e temporárias, órgãos de instrução no processo legislativo de investigação ou de estudos, devem ser formadas em obediência à participação proporcional dos Partidos nacionais presentes no respectivo Colegiado. Eis um imperativo decorrente da Carta da República, art. 30, parágrafo único. "a".

Pretende a aludida norma que as comissões espelhem o quanto possível fielmente a composição do Plenário.

Mais um passo e a matéria cai no âmbito do Regimento Interno.

Exceto o nosso, os Regimentos Internos das principais Casas Legislativas do País definem em capítulo próprio a figura do Líder da Bancada e seu papel.

Valham como exemplo os seguintes excertos:

"Art. 8.º - Os Deputados são agrupados por suas legendas partidárias, cabendo-lhes escolher um Líder, que ocasionalmente pode ser substituído por Vice-Líder.

Art. 9.º - É da competência do Líder do Partido, além de outras atribuições regimentais, indicar à Mesa os membros de sua bancada para compor as Comissões da Câmara, ou, de qualquer forma, para representar a Casa."

(Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Resolução n. 30/72, consolidado em 1982).

"Art. 65 - É da competência do Líder de Partido, além de outras atribuições regimentais, indicar os representantes das respectivas agremiações nas Comissões."

(Regimento Interno do Senado Federal, Resolução n. 93/70, publicado com alterações em 1981).

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná (Resolução n. 11/60, publicado com alterações em 1979), tem a sua ordenação equivalente no artigo 38:

"Art. 38 - As comissões ... omissis... O quociente final representará o número de eleitos, por partido, cujo líder indicará os respectivos nomes."

Desse modo, a pertinência à agremiação partidária é igualmente condição essencial para o Deputado integrar comissões de qualquer tipo. O mesmo se aplica à substituição dos titulares "por indicação do líder do Partido a que pertencer o impedido ou ausente", na conformidade do estatuído

no § 1.º, art. 1º do Regimento Interno.

Outro ente estrutural dos Legislativos é a Mesa, a quem "compete a direção de todos os trabalhos" (art. 20, do Regimento Interno).

Peculiaridade deste consiste na identificação entre Mesa e Comissão Executiva, embora com atribuições diversas, todavia imposta pelo art. 39, parágrafo único (e art. 22), do Regimento Interno, modificada a redação pela Resolução n. 109, de 24.04.79:

"Art. 39 - ... omissis...

Parágrafo único. As Comissões Permanentes compõem-se... omissis... salvo a Executiva que será constituída pela Mesa ... omissis..."

Na verdade, apenas o Presidente, o 1.º e o 2.º Secretários compõem efetivamente a Mesa. Os Vice-Presidentes, o 3.º e o 4.º Secretários permanecem na suplência, em atitude de mera expectativa da substituição do respectivo titular.

Pode afirmar-se, inclusive, que esta Assembléia Legislativa, em rigor, não possui Mesa. Dirige-a uma Comissão, a Comissão Executiva.

A parte a incongruência, a Mesa tem origem eletiva. O texto do art. 21 do Regimento Interno não permite dúvida a esse respeito:

"Art. 21 - A Mesa eleita no início de cada sessão legislativa... omissis..."

Entretanto, na raiz do processo eleitoral tendente a personificar a Mesa instaura-se uma instância partidária. Consuetudinariamente, ao longo de inúmeras legislaturas pretéritas, o costume consagrou a partilha de tais cargos entre as agremiações representadas na Assembléia, de modo a contemplar os grupos minoritários. E na lição de H. Levy-Brühl (Sociologia do Direito), "o costume é a força vital das instituições jurídicas. Não constitui uma fonte do direito entre tantas outras: não seria exagero dizer que é a única fonte do direito". Nem poderia ser diferente, numa Casa assentada sobre Partidos Políticos e dele dependente para cumprir sua nobre missão.

Cláusula não escrita no Regimento Interno, sem conflitar com regra expressa, mas ocupando espaço da "Vacatio legis", adquire ela normatividade semelhante à do decreto positivado, graças à observância continuada.

Em todas as chapas disputantes na eleição dos cargos da Mesa, protocolos são avençados entre os Partidos, sob forma de coligação dirigida a objetivos convergentes. Tutela essas composições o signo da proporcionalidade entre os Partidos, evidentemente adaptada às circunstâncias.

O que importa é deixar sublinhado, como ficou, e extrema de dúvida, o caráter partidário das alianças, sua dimensão exclusivamente institucional e não individual.

Além do mais, em termos de Partido Político o rompimento do vínculo sem a devolução do cargo, e a mudança do ocupante para outra legenda, importa na alteração da correlação de forças políticas ajustada na aliança pré-estabelecida. Um efeito dessa magnitude ultrapassa o limite do ato individual para afetar o equilíbrio do quadro parlamentar. Essa repercussão prejudicial ao núcleo do poder que representava, agravada pela correspondente vantagem aos novos parceiros, talvez contendo res no episódio eleitoral interno, inquina a atitude como politicamente inadmissível. E a "praxis" política civilizada só é viável onde os "pacta sunt servanda", onde, acima da lei, paira a fidelidade às origens partidárias.

Sucedendo os aspectos jurídicos e políticos, avulta a nota de cunho ético.

Todo aquele que exerce cargo em virtude de indicação de entidade de qualquer natureza à qual pertença, deve fazê-lo tão somente enquanto mereça a confiança ou não perca a condição de membro do grupo. Isto porque, no caso, a titularidade na função não se deve a requisitos exclusivamente individuais, mas antes de tudo por sua pertinência ao agrupamento.

Destarte, quer por discrepar dos interesses da coletividade restrita, ou não mais integrando o colegiado, o título de legitimidade da delegação perde a validade. Em seguida, ao momento em que sobrevêm uma das duas condições o representante do grupo está moralmente obrigado a devolver o cargo aos outorgantes da indicação.

A propósito, o Deputado Lindolfo Júnior, por duas vezes, no Plenário desta Casa, creditou às "Oposições" sua indicação à Segunda Secretária. Na sessão do dia 27 de outubro, por exemplo, ele textualmente afirmava:

"E quando chegamos na Assembléia Legislativa, fomos sim, concorrer um cargo na Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, e como um dos mais jovens parlamentares deste País, fomos escolhidos, em nome das oposições para representar (grifo nosso) e bem gerir a coisa pública, o dinheiro que é recolhido com tanto sacrifício por parte da população..." (cf. notas taquigráficas e Diário Oficial da Assembléia).

Portanto, reconheceu também que se as chamadas "oposições retirarem o apoio à sua permanência no cargo, terá de renunciar a ele inapelavelmente.

Restou fartamente demonstrado que o ilustre Deputado Lindolfo Luiz Silva Júnior rompeu vínculo com o partido Político patrocinador de sua investidura na Segunda Secretaria. Aplicando-se-lhe as considerações acima tecidas, de natureza jurídica, política e ética, fica patente a extinção do seu mandato como membro da Mesa, no momento em que deixou as fileiras do Partido da Frente Liberal. Cumpre, simplesmente, declará-la para os devidos fins.

Nestas condições requiero a Vossa Excelência que, no uso das atribuições constantes dos arts. 24 e 25, XXIV, submeta esta petição à Mesa, composta na forma do art. 20, "caput", para o fim de serem tomadas as providências contidas no art. 23, I, todos do Regimento Interno.

Aludidas providências consistem na declaração solene da vacância do cargo de 2.º Secretário da Mesa, bem como a convocação de sessão extraordinária destinada a preencher o cargo vago.

Requiero ainda, que por ocasião do exame desta postulação, seja observada a regra do art. 158, "b", do Regimento Interno, em relação ao ilustre Deputado Lindolfo Júnior, à vista de seu notório interesse individual no desfecho da causa. Tratando-se de substituição para tanto espera-se a convocação do Secretário colocado na ordem do art. 30, do Regimento Interno.

Requiero finalmente, que a decisão definitiva do presente requerimento, naturalmente favorável, seja registrada no livro previsto no art. 99, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 09.11.87."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) No Horário das Lideranças consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu horário (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Na sessão de hoje, estou dando entrada a um projeto de lei que cria o módulo rural máximo de 100 hectares e estabelece

PROJETO DE LEI N.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

SÚMULA: Critérios e objetivos para a atuação da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e suas vinculadas.

Art. 1º - As orientações e ações da

Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SEAB e das suas vinculadas têm como objetivo fundamental e permanente propiciar o desenvolvimento e a consolidação de uma estrutura agrária e uma produção agrícola de caráter democrático popular, que atenda as necessidades dos médios e pequenos produtores e trabalhadores rurais do Paraná, visando a produção de alimentos básicos para toda a população paranaense.

Art. 2º - Fica estabelecido o módulo rural de 100 (cem) hectares como limite máximo para o desenvolvimento das ações e orientações da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e suas vinculadas: ACARPA/EMATER, ITCF, CAFE, CLASPAR, IAPAR, COPASA e CEASA.

§ 1º - o módulo rural a que se refere o "caput" deste artigo é auferido somando-se as áreas de todos os imóveis rurais de um mesmo proprietário, diretamente ou por interposta pessoa.

§ 2º - O critério de 100 (cem) hectares não se aplica nas ações de fiscalização e de controle epidemiológico tanto na área vegetal como animal.

Art. 3º - As ações e orientações a que se refere o artigo anterior compreende:

I - a formulação de políticas para a produção e infra-estrutura rural, para o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, assistência técnica e extensão rural, escoamento, armazenamento, beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos agrícolas;

II - a elaboração de normas e regulamentos necessários à implantação, orientação, apoio e incentivo à produção agrícola, obedecidos os critérios estabelecidos nesta Lei;

III - os benefícios econômicos e financeiros, via SEAB: crédito e financiamentos, preços mínimos, seguro agrícola, incentivos financeiros, créditos fiscais, etc.

Art. 4º - A SEAB e suas vinculadas devem perseguir permanentemente os seguintes objetivos:

I - Promover a melhoria das condições econômicas, sociais e culturais dos pequenos e médios produtores rurais, proprietários de até um módulo rural fixado nesta lei;

II - aumentar a produção e a produtividade da agricultura através da reformulação do modelo tecnológico agrícola e do direcionamento da pesquisa para a pequena e média produção;

III - buscar a eliminação dos contrastes nos padrões de vida e nas condições de trabalho entre o campo e a cidade;

IV - assegurar o uso e o manejo adequado dos recursos naturais agrícolas, de modo a preservar e ampliar o seu potencial ambiental e produtivo, no interesse de to-

da a sociedade.

Art. 5º - Visando atingir tais objetivos, as orientações e ações da SEAB e suas vinculadas, subordinar-se-ão às seguintes prioridades:

I - Consolidação de uma estrutura agrária democratizada surgida a partir do processo de Reforma Agrária;

II - priorização do atendimento aos pequenos e médios produtores de até 100 hectares;

III - direção de seus serviços, subsídios, recursos, assistência e apoio somente aos agricultores cuja soma total de suas propriedades rurais não exceda o módulo aqui definido;

IV - produção de alimentos e matérias primas para o abastecimento interno;

V - recuperação e preservação dos recursos naturais;

VI - direcionamento da pesquisa sobre técnicas e produtos a serem cultivados em pequenos e médios estabelecimentos rurais;

VII - construção de armazéns adequados para atender aos pequenos e médios produtores;

VIII - fomento ao associativismo entre pequenos e médios produtores e trabalhadores rurais, em suas várias formas, particularmente na esfera da produção.

Art. 6º - A atuação do Governo Estadual, bem como de todos os seus órgãos, na área da agricultura, deverão priorizar seus investimentos e ações em consonância a estabelecido neste Projeto de Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

O Paraná é um Estado essencialmente agrícola tendo, grande parte de sua população a agricultura como atividade principal. E, dentro desse universo, a maioria absoluta dos proprietários encontram-se na faixa entre 0(zero) a 100 (cem) hectares. De um universo de 467.454 estabelecimentos rurais do Paraná, 91%, ou seja, 425.383 estabelecimentos são menores de 100 (cem) hectares (censo agropecuário de 1985). Os estabelecimentos rurais maiores de 100 (cem) hectares não ultrapassam a marca dos 42.000, isto é, 9% dos estabelecimentos rurais paranaenses. Estas são, no nosso entendimento, razões mais do que suficientes para justificar a apresentação e a conseqüente aprovação deste Projeto.

Por outro lado, uma outra constatação séria reforça esta proposta, qual seja, o Governo do Estado do Paraná, através de seus órgãos, sempre privilegiou a grande propriedade e a grande produção agropecuária, destinada, na maioria das vezes, para exportação.

A grande produção, realizada nas grandes propriedades e nas empresas rurais,

tem absorvido quase a totalidade dos recursos, da assistência técnica, dos subsídios e do apoio por parte do Estado. É hora, pois, de reverter esta situação e atender, prioritariamente, a maioria que não tem condições econômicas para produzir sem o apoio efetivo dos órgãos públicos, particularmente da SEAB e suas vinculadas.

Finalmente, é bom lembrar que são os pequenos e médios produtores rurais brasileiros responsáveis pela produção de 79% do feijão, 68% do ..., 88% da mandioca, 37% do arroz, 66% do algodão, 47% de soja.

Enfim, são os pequenos e médios proprietários, meeiros, posseiros, e arrendatários que trabalham em estabelecimento de até 100 (cem) hectares os responsáveis por 80% da produção de alimentos.

O Progresso econômico que se afirma existir no Brasil e no Paraná, não está atingindo o pequeno produtor. Todos os anos, milhares deles perdem suas terras e são obrigados a ingressar na categoria dos assalariados temporários (bóias-frias) que no Paraná já são 383 mil. Além disso, estimativas reais indicam que mais de 150 mil pequenos produtores deverão ser expulsos do campo na década de 80 a 90. Essas famílias que são expulsas do campo ou se transformaram em bóias-frias (engrossando as favelas nas cidades) ou engrossam a multidão de sem-terras. Essa é a parte da população que tem as piores condições de vida do Estado. Isto não se dá por incompetência do pequeno produtor, como querem fazer crer os grandes proprietários e muitos políticos e técnicos ligados aos grandes proprietários. Essa situação é o resultado do modelo econômico vigente que adota política agrária e agrícola que contribuem para o mesmo fim: concentrar a terra e os meios de produção cada vez mais.

A soluções técnicas que evitariam a continuidade dessa situação não são difíceis de serem encontradas pelo Governo. Há muito tempo os trabalhadores rurais têm indicado quais são. Está faltando é a decisão de fazer o que é preciso, de direcionar o crédito rural, o seguro agrícola, o financiamento de comercialização, a pesquisa, a assistência técnica e outros instrumentos de apoio à produção agrícola, às necessidades do pequeno produtor, responsável por 80% da produção de alimentos e que se constitui a grande maioria dos produtores rurais deste Estado.

Modestamente, este projeto quer encaminhar algumas propostas concretas que iriam ao encontro das necessidades dos pequenos produtores. A partir daí, como homens públicos devemos lutar para que o Estado coloque seus instrumentos a serviço desta maioria".

(Termina de ler).

É por isso Senhor Presidente e Senhores Deputados que estamos encaminhando este Projeto de Lei.

Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

O PDT fará uso do seu tempo. Com a palavra o Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, nós, em nome do Diretório Regional do Partido Democrático Trabalhista neste Estado, repudiamos o uso indevido do nome do nosso companheiro Jayme Lerner, pelo Deputado Federal Airton Cordeiro, em entrevista recentemente publicada num matutino desta capital.

O Dr. Jayme Lerner conversou realmente com o Deputado Airton Cordeiro, recebendo uma visita sua a pretexto de cortesia. No entanto, em momento nenhum declarou se será ou não será candidato a Prefeito de Curitiba. De mais a mais, o Dr. Jayme Lerner pede que se informe a consciência política do Paraná que a sua determinação em ser ou não ser candidato bem como, o uso do seu nome, só estão autorizados pela sua própria pessoa, através do Diretório Regional, ou através desta liderança.

O PDT certamente concorrerá com candidatos próprios para a Prefeitura de Curitiba, no ano de 1988.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, eis-nos de novo discutindo a votação, discutindo o Orçamento do Estado que agora vem para segunda votação. Eis-nos, ainda uma vez, enfrentando face a face a discussão sobre a autonomia da Assembléia e a sua equivalência de poder em relação ao Poder Executivo.

Parece-me mesmo que uma manifestação advinda da Secretaria do Trabalho e Ação Social cobra uma posição desta Casa, desde as galerias, a propósito da emenda do Deputado Antônio Annibelli, que pretende dar aos Gabinetes dos Senhores Deputados a devida condição de assistir à população carente do Estado.

É realmente a ocasião de nós discutirmos a possibilidade de a Assembléia se fa-

zer independente, através de emendas, no Orçamento do Estado, como também é ocasião de nós discutirmos a instrumentalização do povo, a instrumentalização do funcionalismo, para que sirva aos interesses do Executivo.

Parece-me que um dos cartazes lá soerguidos fala que a Associação dos Trabalhadores da Fundação de Ação Social do Paraná precisa da inteira verba destinada pelo Governo do Estado à Secretaria do Trabalho e Assistência Social, para ter garantidos os seus direitos trabalhistas.

Eu gostaria de perguntar à consciência do Paraná, se os nossos servidores também não precisam da inteira verba que o Governo vai gastar com o Cerimonial do Palácio Iguaçu, ou, por exemplo, com o transporte aéreo do Senhor Governador, o transporte aéreo do Senhor Governador que no ano que vem terá, no Orçamento Cz\$ 157 milhões de cruzados de rubrica orçamentária, para que vá, e volte a jato, o outro jato e mais o helicóptero que serve o Palácio Iguaçu? Isso equivale a Cz\$ 429 mil cruzados por dia, e isto equivale, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a 210 passagens Curitiba/ São Paulo por dia, ou, a 73 passagens Curitiba/Brasília por dia.

Nós, os sociais-democratas, os que aspiramos ver no Brasil um dia implantado a social-democracia, nós imaginamos um porvir onde os governantes, a exemplo dos reis da Suécia, por exemplo, saiam a viajar, nos aviões de carreira, exemplo edificante na sua visita oficial a este País, de Sua Majestade, o Rei Gustavo Adolpho da Suécia, quando, com a Rainha Sílvia, acompanhado de uma comitiva de apenas duas pessoas, veio visitar o nosso País, usando a 1. classe dos aviões de carreira e nem por isso perdeu a majestade, o rei daquele País socialista.

Ainda uma vez o Estado vê-se às voltas com dificuldades diante das diversas Faculdades Estaduais que estão em greve, diante da Universidade de Londrina, que tem uma greve prolongada e escandalosa porque não se acerta o seu destino final, diante da greve do IPE e, me parece, esta manhã diante da greve do Corpo de Funcionários e do Corpo Técnico da Fundação Teatro Guaíra, e isso se faz no momento em que a cidade recebe a visita do Momi Ballet Theatre, que é um dos mais importantes Grupos de Dança das Américas e que, pelo jeito não vai se apresentar também porque os nossos funcionários não são bem pagos. Alias, não é sem tempo de se perguntar, não é sem tempo de se perguntar à consciência do Paraná, se o que é devido aos funcionários pela reposição do Plano Bresser, o Plano esboçado pelo irônico Ministro da Fazenda, do PMDB, que diz que o arrocho salarial é uma invenção da Impren-

sa e dos trabalhadores, e, mais grave, que disse tais coisas a sobremesa de um almoço que teve com o Governador Álvaro Dias no Palácio Iguçu, recentemente, não é sem tempo de se perguntar se as reposições do Plano Bresser já ordenadas por esta Assembléia para os meses de agosto, setembro e outubro, já serão pagas neste mês de novembro já que não se fez a folha suplementar - salvo esteja eu enganado, a não ser no Tribunal de Contas do Estado.

Aliás, é também tempo de se perguntar quando virá o devido aumento do funcionalismo público, porque o Governo tem sede de dinheiro e tanta sede de dinheiro tem que agora tributa as obras de arte. Associa-se assim, Senhor Secretário da Fazenda, à criação dos nossos artistas plásticos, lançando ICM sobre os quadros, as esculturas, as gravuras que os nossos artistas plásticos venham a produzir no Paraná, com as graves injustiças de que as galerias do Governo como a galeria do BANESTADO, ou as galerias da Secretaria da Cultura, estas e as galerias dos clubes, estas poderão fazer exposições de obras de arte, mas estarão isentas da cobrança do ICM. Este é um odioso privilégio e é um odioso garrote contra a criação artística no Paraná, contra o qual já se manifestou inclusive nos cobrindo de vergonha, o importante pintor Carlos Scliar, que esteve nesta cidade em recente exposição dos seus trabalhos. E mais ainda, vale cobrar do Senhor Governador, de que nada adianta pagar o artista plástico Poty Lazzarotto, para que faça um painel, aliás, atrasado de 25 ou de 30 anos, na fachada do Palácio Iguçu, um belo painel por sinal, porque o Poty, dos nossos artistas plásticos, é de todos eles o mais competente, depois do Portinari talvez seja o melhor. E ainda dentro desta esfera do funcionalismo, há que se cobrar do Secretário Mário Pereira, uma digna e conveniente explicação para esta Assembléia sobre a comissão a propósito do acordo de ...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Informo ao nobre Deputado que o seu tempo encontra-se esgotado, e tem 30 segundos para concluir.

O SR. RAFAEL GRECA ... O Secretário Mário Pereira, precisa explicar porque a Professora aposentada Marisa Marilda Belon, que exerce função através de contrato individual de trabalho no DER, está sendo acusada de acumular cargo, quando até a jurisprudência do Doutor Eli Lopes Meirelles, diz que pode, quem é aposentado, tornar a vender a sua força de trabalho, mesmo porque a aposentadoria é miserável. Amanhã vou contar aqui o caso da filha de um fundador da universidade, que está ter-

minando os seus dias na enfermaria dos indigentes do Hospital de Misericórdia de Curitiba, porque percebe a miserável aposentadoria de Cz\$ 600 cruzados mensais.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PMDB se fará o uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA ... Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Tive por norma e tenho por norma, respeitar, valorizar e acreditar que o trabalho das Oposições nesta Casa valorizam este Parlamento. A sustentação de posições por parte das Oposições faz com que se depure, se transforme, se busque a perfeição nos projetos de lei que esta Casa vota. No entanto, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, devido evidente, exaltação de clima, na hora da votação do Projeto de autoria do Deputado Antônio Martins Annibelli, Projeto de Lei nº 128, que autoriza o Poder Executivo a criar no âmbito do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, IPE, o Hospital do Servidor Público, conforme especifica o nobre projeto de apoio ao servidor público. Mas eu chamo a atenção, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, e porque não Senhores da Imprensa que aqui estão, quando dias atrás, li nos jornais uma matéria dizendo que o representante petista, Pedro Tonelli, talvez tenha sido o pior Deputado a passar por este Parlamento. Como homem da mesma região que a dele, não concordei com aquelas afirmativas e senti que isso feria a qualidade dos políticos do sudoeste. Vossas Excelências conhecem o meu comportamento de não agressão e de respeito, mas quando falta o respeito, falta a ética, se faz brincadeira com coisa séria neste Parlamento, somos obrigados a contestar a imbecilidade dessa emenda apresentada pelo Senhor Deputado Petista- Pedro Tonelli.

Vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, o seu artigo 3º diz que o imóvel destinado ao hospital do servidor público deverá ser o imóvel situado na Rua Eça de Queiroz, 818, no Bairro do Ahú em Curitiba, ficando ele destinado às instalações do Hospital do Servidor Público. Uma descrição medíocre, estúpida e de gozação. Mas os Senhores sabem qual o imóvel que está propondo o Deputado Pedro Tonelli, para a instalação do Hospital do Servidor Público? Nada mais, nada menos do que a residência do Governador do Estado do Paraná.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me

concede um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu não permito aparte, porque Vossa Excelência vai estragar as notas taquigráficas do meu pronunciamento, se Vossa Excelência for argumentar e defender uma tese estúpida como esta.

(Palmas).

Quando foi apresentado aqui um Projeto pelo Deputado Antônio Annibelli, criando o Hospital do Servidor Público do Paraná, teve o Deputado o cuidado de melhorar a assistência para o servidor. Vossa Excelência teve apenas a vontade de pegar uma carona da forma mais ridícula possível, tornando ridículo um projeto que é sério.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, porque sua Excelência Pedro Tonelli, em vez de um requerimento não fala com o seu chefe maior, o Deputado Federal Luiz Inácio Lula da Silva, que reparte com outro Deputado Federal, o apartamento que os dois recebem do Governo, a fim de que destinem aquele apartamento para uma creche das crianças pobres de Brasília, ou para os servidores públicos de Brasília que não têm onde ir.

Não, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, nem que custe antipatia de alguns, primo por esta Casa, tenho orgulho do mandato que exerço, não quero ver este Plenário transformado em um circo de gozação e de brincadeira, quando se deveria aperfeiçoar, então, aqui esse projeto tentando dar a ele uma conotação de melhor apoio ao servidor. Vossa Excelência ri porque isto é o que cabe àqueles que não têm sustentação no diálogo. É um sorriso de imbecil, só isso. Não merece outro respeito essa emenda de Vossa Excelência, porque não traz benefício nenhum, e aqui em cima, nas galerias tem servidor público que sabe que a Casa não tem condições para ser um hospital que o Governo do Estado do Paraná precisa ter. Além disso o Paraná foi o último Estado desta Nação a ter uma casa oficial para Governador, e sabem também que tê-la é algo inerante ao exercício do Poder Público, e sabem Vossa Excelência e os demais Senhores Parlamentares que amanhã qualquer partido político ao assumir o Governo do Estado do Paraná terá esta casa como residência oficial do Governador.

Não, Senhor Presidente: não Senhores Parlamentares, a valorização desse Poder não é por esse caminho. Esse não é o caminho que vai valorizar o Parlamentar. Se tivesse tido qualquer outro Parlamentar a capacidade do estudo de uma matéria importante, feito o que o Deputado Antônio Annibelli fez, reunir assessoramento, procurar um projeto que venha ao encontro dos interesses do servidor público, muito bem.

Quando a Oposição, o Deputado Rafael Greca vai lá à tribuna, contesta o orçamento, eu respeito, sempre respeitei, são posições dos companheiros Parlamentares da Oposição que contribuem para o aperfeiçoamento das leis que aqui acontecem, mas quando é tão ridícula uma emenda, ela só denigre esse Parlamento pela impossibilidade da sua própria implantação.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, se Vossas Excelências companheiros de Bancada do PMDB tiverem autocontrole para não ir esta emenda ao encaminhamento de votação, seria talvez o melhor caminho, porque eu tenho certeza que muitos companheiros perderão o equilíbrio emocional na hora que tiverem que comentar uma tal emenda, tão triste para este Parlamento, como essa que acontece aqui.

E não porque é a Casa do Governador, porque poderia surgir aqui uma emenda destinando a casa de qualquer um. Isso não atinge os princípios que se quer para o Hospital do Servidor Público do Paraná. Isso, não atinge não ajuda este Parlamento não contribui em nada para que as galerias que, quando enchem muita gente quer fazer cascata, saia pensando num trabalho sério de um Parlamentar.

Não; não é por aí. Por isso, Deputado Pedro Tonelli, Vossa Excelência percebe que tenho tido um comportamento de respeito por todos, principalmente por Vossa Excelência que vem do Sudoeste, somos da mesma região. De uma região que já deu grandes nomes ao Paraná; como o Ministro Deni Schwartz, que há pouco estava aqui, Euclides Scalco, Sebastião Rodrigues, homens que valorizam o Sudoeste.

Esse não é o caminho para valorizar nossa região. Esse não é o caminho para podermos continuar mostrando que os homens que vêm de lá, vêm preparados; Se eu perguntasse aqui se Vossa Excelência conhece a Casa que está aqui retratando, eu tenho certeza, que Vossa Excelência para honrar a sua palavra, iria dizer que não conhece a Casa. E não a conhecendo, está sendo aqui um robô, um boneco, que faz a assinatura embaixo duma descrição que outros lhe fizeram, pois Vossa Excelência não conhece sequer o interior da Casa que aqui descreve.

E vou mais, vou permitir-me errar a palavra a Vossa Excelência no seu programa policial ia errar também, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, pois aqui está escrito doze "richauds", que eu não sei nem o que é que é, não sei nem pronunciar, e acredito, Deputado Pedro Tonelli, em vista da sua origem, Vossa Excelência também não sabe.

E para não dizer outra coisa que Vossa Excelência não sabe, janelas de cristal, Vossa Excelência sabe que não tem e está

ofendendo, está transformando o caminho da Casa que quer servir ao servidor público do Paraná.

Então, isso é brincadeira. E espero que esse Parlamento, os demais Deputados da Oposição, nos ajudem a passar por cima dessa emenda ridícula, para que esse Parlamento mostre aos homens da imprensa que aqui estão, e que se tiver alguém capaz de tão ridículo procedimento é só um, não é o Parlamento, não somos todos nós.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PDS.
(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL.

Com a palavra o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não bastasse o achatamento salarial, movido por uma política econômica inteiramente fora da realidade, a população ainda é obrigada a se submeter aos abusos da cobrança de taxas e serviços por parte das empresas estatais.

O melhor exemplo são os reajustes constantes e descabidos, em muitos casos de até mil por cento, nas contas de água. Vejam os Senhores que uma conta da SANEPAR, de um condomínio na Avenida João Gualberto, que em setembro era de Cz\$ 7.995,00 para um consumo de 833 m³, em outubro subiu para Cz\$ 16.200,00 para um consumo de 824 m³. Portanto, cerca de 120% mais caro.

Pergunto: Onde está a seriedade do Governo Álvaro Dias, que apregoa a justiça social, a racionalidade?

Que justiça podemos esperar, se uma empresa do próprio Governo comete abusos desta natureza?

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acredito que a racionalidade viria somente com o emprego do bom senso. Que as taxas e serviços públicos sejam reajustados pela URV - Unidade de Referência de Preços -, já que é este índice que reajusta os salários dos trabalhadores.

Caso contrário, responsabilizaremos, como a população já tem feito, diga-se de passagem, o próprio Governo pelos desajustes que vêm ocorrendo levando-o ao descrédito total.

E estes fatos, inclusive, vem comprovar a demagogia existente nos discursos do Governo ao reconhecer o achatamento salarial. Na verdade, o Governo é um dos principais responsáveis por este achatamento, pois são os serviços e taxaões dos órgãos e empresas públicas que mais estão encare-

cendo o custo de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Encerrada a Hora do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor a Comissão da Paz. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, que esta Presidência deixa de aceitar, por falta de assinatura.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 226/87 e para o Projeto de Resolução n. 68/87. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 226/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 78/87), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei n. 8.470, de 30 de março de 1987, mantendo-se inalterado o "caput". (As operações de crédito de que trata este artigo destinam-se à obtenção, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, de recursos necessários à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo e à execução de outros programas e atividades da COPEL, bem como ao refinanciamento ou reescalonamento da dívida externa da COPEL). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Para discutir concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós já havíamos discutido, em 1.^a Discussão a matéria que concede a liberação de empréstimos à COPEL para a usina de Salto Segredo. Matéria esta que nós já aprovamos nesta Casa e repito também, mais uma vez, no início deste ano, ou seja no dia 30 de março de 1987, Lei que levou o número 8470. Já abordamos e voltamos, mais uma vez, a dizer, a colocar inclusive a nossa posição em relação a esta matéria. Abrimos mão de nossos poucos direitos em favor, mais uma vez, do Executivo. Nós, parlamentares, que pouco temos de prerrogativas a cada vez, a cada dia, a cada semana, a cada ano abrimos mais os nossos direitos para que o Executivo passe a governar sem necessitar praticamente deste Legislativo. E é neste ponto que eu fixo na discussão do Projeto de Lei que estamos discutindo em 3.^a Discussão, neste momento. O executivo fica com poder de fazer qualquer negócio que envolva a prestação de garantia ou contra garantia, alterações de crédito. É evidente que nestes dias, já na última quinta-feira, na sexta-feira, ontem, nós aguardávamos a presença, quem sabe de algum técnico da COPEL, a presença da Diretoria da COPEL para que viessem até esta Casa, senão os parlamentares do PMDB, que devem estar, acredito eu, suficientemente informados de que outras atividades são estas e não nós, da oposição, que, de repente, somos obrigados a votar uma matéria sem termos um profundo conhecimento dela. É exatamente nisso que eu me apego também pelo fato de que a mensagem pouco, ou praticamente nada, diz a respeito destas outras atividades. Do que é que tratam estas outras atividades? Quero crer que sejam bons negócios para o Estado do Paraná. Mas onde é que está escrito isso? Onde é que estão os projetos que possam me convencer de que o que eu estarei votando favorável ou contra aquilo de que eu esteja devidamente convencido. Então, como eu dizia nós procuramos manter contato com o pessoal da COPEL, falamos inclusive com o pessoal de sua assessoria, ligamos até para o gabinete do Superintendente, solicitando que viesse até esta casa para um encontro com a Oposição. Quero crer que não estaria em jogo o cargo do Presidente da COPEL se ele viesse a falar com a Oposição, aliás, demonstraria, acima de tudo, a democracia que realmente deve reinar neste País e principalmente neste Estado. Seria, talvez até histórico neste País um homem do Governo vir se encontrar com homens da Oposição para expor os dados, as infor-

mações do que é que tratam, realmente, estas outras atividades. E tivemos até um primeiro contato com assessoria de imprensa da COPEL e ficamos no aguardo de que na quinta-feira houvesse encontro e na segunda-feira ocorresse encontro, mas, infelizmente, isto não aconteceu e cá estamos nós, Deputados da oposição. Mas que se digam mais uma vez, de Oposição responsável, que quer votar favoravelmente ao Governador, mas consciente daquilo que vai ser votado nesta Casa, que quer auxiliar o Governo no seu trabalho de reconstrução do Estado do Paraná, mas que quer também ter direito a estas informações. Não podemos aceitar que apenas a Bancada do lado de lá, que é a Bancada do PMDB, com respeito a todos os seus Parlamentares, seja Bancada informada, seja Bancada orientada, esclarecida, porque não a todos os Parlamentares desta Casa, afinal de contas vivemos num País democrático. Queremos também participar da dita transparência que existe no Governo do PMDB. É esta a nossa intenção e é por isso que nós subimos a esta tribuna, para, em 3.^a Discussão, reafirmar a nossa posição de votarmos contrariamente a esta matéria, em função das não informações contidas nesta Mensagem.

Concedo aparte ao Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Deputado Algaci Túlio, nós também, por ocasião da 1.^a e 2.^a Discussão desse projeto, Mensagem n. 78/87 do Senhor Governador, fomos do mesmo posicionamento de Vossa Excelência. É preciso que esta Casa seja informada dos valores a serem aplicados em investimentos, quer dizer, na obra, na execução da Usina de Salto Segredo e também as outras obras a que se referia a Mensagem original, que deu origem a Lei em março, porque são US\$ 700 milhões de dólares e que, agora, o Senhor Governador, na Mensagem que faz a esta Casa, acompanhada de Projeto de Lei, altera substancialmente a Lei originária, porque na Lei, como já se falou US\$ 600 milhões de dólares seria para a obra da Usina Segredo e US\$ 100 milhões para outras obras da COPEL. Agora, conforme projeto e solicitação do Senhor Governador do Estado, esta Casa está simplesmente alterando a Lei, de forma que a COPEL poderá pagar US\$ 500, 600, 700 milhões de dólares em juros, dívidas, rolagem da dívida da COPEL, como podem ser outros valores. Nós apenas gostaríamos de conhecer o que pensa o Governo do Estado, o que pensa a COPEL.

Discordo de Vossa Excelência quando se atém a necessidade da presença do Presidente da COPEL nesta Casa para dar as informações.

Eu penso diferente, Senhor Deputado. O

Senhor Governador do Estado é quem deve e deveria ter informado oficialmente esta Casa dos propósitos do Governo em virtude da importância, do valor que são alguns como já disse, não são alguns milhões, mas são US\$ 700 milhões de dólares e que esta Casa vota sem saber e às escuras. Meus cumprimentos a Vossa Excelência por mais uma vez ir à tribuna para cobrar esclarecimentos, que ainda entendo esteja a Liderança da Bancada do Governo capacitada para prestar esclarecimentos aqui mesmo que sejam sucintos, apenas para conhecermos os valores que não ficaram claros. Quanto vai se pagar de dívida externa, em rolagem das dívidas da COPEL e quanto vai se investir na obra Salto Segredo?

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Basílio Zanusso. Vossa Excelência tem a mesma preocupação que nós temos e tenho certeza que Vossa Excelência também votaria favorável a este projeto se dele tivesse conhecimento na íntegra.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Algaci Túlio Vossa Excelência discute com muita propriedade o assunto de hoje. Entendemos da mesma forma que Vossa Excelência e também da mesma forma apresentada pelo Deputado Basílio Zanusso. Veja bem como Vossa Excelência, que ontem nós apresentamos uma emenda ao referido Projeto que não tirava, de forma alguma, a autonomia de Sua Excelência, o Governador do Estado, em contrair tais empréstimos. Não retirava também do Executivo Estadual a possibilidade de serem realizados outros programas e nem outras atividades mencionadas no Projeto de Lei n. 226/87. A única coisa que este Deputado pedia ao Executivo que é essa a nossa função, também uma das principais funções deste Parlamento: é a fiscalização dos atos do Executivo - que o Governador tão logo determinasse qual obra seria feita, qual a atividade que seria empregada pela COPEL, comunicasse a esta Assembléia.

Veja bem, Excelência, apenas uma comunicação, penso eu, nem ao interior ela deveria ter sido feito. Realizado o contrato, este deveria ser encaminhado à Assembléia Legislativa para que ela tomasse conhecimento do valor, das taxas de juros, do prazo de pagamentos. Veja bem, o Brasil hoje, um País que tem a sua moratória declarada, fica difícil de conseguir empréstimos externos, paga altos juros, paga os juros mais caros no mercado externo do que a todos os países deste mundo.

Então, é por isso que nós lamentamos ontem, e lamentamos hoje, que a nossa Emenda não fosse aprovada pela maioria es-

magadora que o PMDB possui nesta Casa. E hoje, Excelência, como o Projeto não diz nada, é um Projeto escuro, é um Projeto que não determina onde o dinheiro vai ser aplicado, nós também vamos acompanhar a maioria da Oposição para votar contra, contra porque não sabemos aonde é que o dinheiro do povo vai ser empregado. Não sabemos. Amanhã ou depois poderá vir aí a contratação de propaganda da COPEL paga com esse dinheiro. Não temos como fiscalizar esse dinheiro, mas se fosse aprovada a nossa emenda poderíamos pelo menos saber o destino do dinheiro. É por isso que este Projeto, mais uma vez, não corresponde com a realidade que o povo do Paraná precisa e com aquilo que esta Assembléia e os Parlamentares que integram vieram a esta Casa para desempenhar.

Nós lamentamos isso e parabenizamos Vossa Excelência por ter discutido a matéria com tanta propriedade, esclarecendo muitos pontos que não foram trazidos no bojo do Projeto para conhecimento de todos nós.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Valderi Mendes Vilela. Vejam bem os Senhores Deputados que a Constituição do Estado do Paraná, dispondo sobre "As Atribuições da Assembléia Legislativa" no art. 21, quando se refere a empréstimos, operações ou acordos externos de qualquer natureza, preceitua o art. 21 que "competete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador autorizar empréstimos, operações ou acordos externos de qualquer natureza".

Ora, se este Projeto é flagrantemente inconstitucional, é ilegal, porque tira as prerrogativas do Legislativo de autorizar o Executivo. Mais uma vez, vamos dar ao Executivo o que de direito, por direito constitucional, nos pertence.

Por isso tudo, Senhores Parlamentares, é que este Parlamentar, mais uma vez, baseado na falta de informações, mais uma vez cobrando aqui desta tribuna a transparência tão proclamada pelo PMDB, a democracia que tanto proclama o PMDB. Nós gostaríamos de ter antes uma conversa com o Presidente da COPEL, com os seus assessores, para que nos orientassem, para que nos dissessem onde é que serão aplicados esses recursos e em que tipo de outras atividades.

Como não nos foi dado este direito, nós colocamos a nossa posição de votar contrariamente a esta matéria, muito embora - repito mais uma vez - faremos a cobrança no momento oportuno de onde serão aplicadas essas verbas; faremos a fiscalização de onde será aplicado esse dinheiro, em que projetos serão aplicados, porque o

povo do Paraná precisa ser informado.

E sabendo que através da fiscalização exercida pela Oposição é que nós chegaremos às informações, é que nós chegaremos até aonde os homens irão aplicar esta verba. É uma verba muito grande e que as Oposições e eu, especialmente em meu nome, repito, mais uma vez, lamento que não tenha merecido a devida atenção da alta direção da COPEL, não tenha merecido a atenção também de Sua Excelência, o Governador do Estado, que praticamente desconhece a Oposição nesta Casa, porque, afinal de contas, quando aqui vêm os Secretários, é para se reunirem com a Bancada do PMDB, ignorando a Bancada de Oposição. Era o meu voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrada a discussão, em votação. Os Senhores Deputados que aprovam...

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Para encaminhar a votação) Senhor Presidente.

Eu apenas encaminho a votação para lembrar que nós estamos discutindo uma Lei Estadual que foi aprovada em 30 de março de 1987, e que retorna a esta Casa para sofrer apenas uma pequena alteração.

Uma autorização dada pelo Poder Legislativo ao Executivo de contrair as operações que esta Casa teve a oportunidade, já no mês de março, de estudar detalhadamente. E ninguém pode dizer que ignora o destino desse dinheiro.

A ninguém que trabalha com assiduidade, que participa das comissões, que participou das discussões de plenário, que acompanhou o Orçamento Plurianual, a ninguém é dado esse direito de desconhecer para aonde irá essa verba, como será aplicada.

E quando se fala, Senhor Presidente, em outras atividades, também está mais do que claro que os US\$ 100 milhões de dólares serão aplicados sempre na área de energia, na área de transmissão, distribuições e eletrificação rural, constantes no plano de recuperação setorial.

Basta um pouco mais de trabalho, um pouco mais de seriedade no cumprimento do mandato para se saber para aonde irá esta verba.

E o que me causa estranheza, Senhor Presidente, é que passados 3 meses é que se aperceberam que o Estado estava contraindo esse empréstimo que, na realidade, são US\$ 125 milhões, do BIRD - Banco Interamericano do Desenvolvimento - e empréstimos, ainda que o montante seja em dólares, mas empréstimos ... (Tumulto nas galerias).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência esclarece aos Senhores da

galeria que, de acordo com o Regimento Interno, é proibida a manifestação dos Senhores espectadores da galeria. Caso contrário esta Presidência fará evacuar as galerias. Solicito mais uma vez a compreensão para que se cumpra o Regimento Interno. É proibida a manifestação através de palmas ou de palavras das galerias. Por gentileza!

Com a palavra o Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Continuando, Senhor Presidente, apenas com a permissão de Vossa Excelência, gostaria de informar àqueles que nos prestigiam hoje que a emenda em questão não está em votação no dia de hoje, como não estará também no dia de amanhã.

Apenas para um esclarecimento aos funcionários que tiraram, hoje, um dia de folga para virem nos visitar no dia de hoje, com muita honra. (Tumulto nas galerias).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência suspende por alguns instantes a sessão e solicita à segurança que evacue as galerias. Está suspensa, por alguns instantes, a sessão. (É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está reaberta a sessão.

Continua com a palavra o Senhor Deputado Nestor Baptista.

Não usando mais da palavra, em votação. APROVADO.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Gostaria em nome da transparência e da moralidade, registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está registrado o seu voto contrário.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Também gostaria de registrar meu voto contrário à presente matéria.

Da mesma forma, em nome do Deputado Basílio Zanusso, do pessoal da Frente Liberal, e da bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Será anotado.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 68/87 (Ofício n. 2276/87 ex-Proposição n. 39/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade, que aprova o balanço geral das contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativas ao exercício de 1986. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da

matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 156/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o Distrito Administrativo de Marcelino, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome e divisas, que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 56/87 (Mensagem n. 62/87 ex-Proposição n. 62/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio n. 87/87, celebrado em 24.03.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 57/87 (Mensagem n. 64/87 ex-Proposição n. 63/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova cópia autêntica de termo aditivo n. 01 de retificação e ratificação do convênio 80/86, celebrado entre a SUDESUL e o Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral com interveniência da SEDU e SUCEAM, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 60/87 (Mensagem n. 69/87 ex-Proposição n. 67/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio n.º 11, celebrado em 11.07.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Guaraqueçaba objetivando a concessão de recursos para serem aplicados na melhoria do Sistema Hidroviário, nas ligações entre Guaraqueçaba, Barra do Ararapira, Barra do Superagui, Ilha das Peças, Superagui, Rasa e outras. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 61/87 (Mensagem n. 74/87 ex-Proposição n. 72/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, nas datas e objetivos que especifica. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 214/86, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que eleva o número de Vereadores

da Câmara Municipal de Ivaiporã, passa a contar, da próxima Legislatura, com 11 (onze) Vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 128/87, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar, no Âmbito do Instituto de Previdência do Estado - IPE, o Hospital do Servidor Público, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, por 10 minutos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.

Confesso que às vezes, pela responsabilidade que temos nos ombros com o Estado e com a população, surgem dificuldades através de heranças do passado, do descrédito do passado, dos homens públicos, fazendo com que a gente, que prima pela honestidade acima de tudo, a gente que prima pela família, pela esposa e pelos filhos, fique preocupado com a incompetência dos homens que não merecem crédito, não só como pessoas, mas também pelo cargo que ocupam eleitos por um descuido dos inocentes na Região do Sudoeste. Este descrédito não pode contaminar os homens de bem do Poder Legislativo do Paraná. Este descrédito tem que ser atribuído aos responsáveis que talvez não tiveram uma postura e uma formação de família, que não tiveram a formação de Deus, que não tiveram acima de tudo uma educação de respeito e a Vossa Excelência, Líder Único do PT, Vossa Excelência pelo que me consta vem de uma família humilde, Vossa Excelência desmoraliza nesse Parlamento até as suas gerações.

Vossa Excelência, ilustre Deputado, deveria acima de tudo, ter a personalidade de respeitar uma integridade familiar. Vossa Excelência retirou da Mesa a Emenda Aditiva n.º 128/87, quando Vossa Excelência pela sua incompetência, pela sua irresponsabilidade, pela sua falta de postura, acima de tudo, pela dignidade familiar, Vossa Excelência tenta violar aquilo que é inviolável nesse Deputado. Se Vossa Excelência não tem esta formação de transformar o seu lar inviolável, muitas pessoas que têm integridade, que têm respeito ao seu semelhante, consideram o seu lar inviolável. Se Vossa Excelência foi criado

desta forma, o que eu não acredito, Vossa Excelência não pode, dentro da sua concepção, dentro da sua formação única, contaminar ou tentar contaminar este Poder Legislativo.

Vossa Excelência acaba de receber, como robô - que é nesse Poder Legislativo, mais um recado daqueles que projetam os discursos de Vossa Excelência.

Ilustre Líder Único do PT, vou provar neste instante, à Mesa desse Poder Legislativo vou provar aos Senhores Deputados e vou provar à imprensa do Paraná, e vou provar aos assistentes desse Poder Legislativo e aos funcionários desse Poder Legislativo, que Vossa Excelência não merece fé, que Vossa Excelência não merece crédito, porque Vossa Excelência é mentiroso, porque Vossa Excelência pediu apoio de alguns Senhores Deputados à sua emenda aditiva, dizendo que era para apoiar o projeto do ilustre Deputado Presidente desta Casa, Deputado Antônio Annibelli. É mentira desse Deputado, Vossa Excelência acha que eu estou mentindo, mas mentiroso é Vossa Excelência. O Deputado Alexandre Ceranto, por quem eu tenho um grande respeito, gostaria de pedir-lhe que Vossa Excelência dissesse ao Plenário, se ele mentiu a Vossa Excelência ou não mentiu a Vossa Excelência.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Senhor Presidente, Senhor Deputado que está na tribuna, quando veio o Senhor Deputado Pedro Tonelli trazer para que nós assinássemos essa emenda, ele simplesmente o fez como Vossa Excelência está dizendo ao Plenário, realmente apoio à matéria do Deputado Antônio Annibelli e não nos explicou porque realmente eu assinei e mais companheiros assinaram. Ele nos mentiu devia usar da sua sinceridade da sua competência, mentiu para mim, e ir aí nessa tribuna e me chamar de mentiroso... (conversas paralelas).

O SR. PEDRO TONELLI - Eu quero registrar que não menti e que coloquei à disposição de todos o que eu propus, pedindo apoio e não menti, coloquei para que eles lessem, decidissem livremente. Agora como eles decidiram livremente e se arrependeram, eu acato a decisão deles.

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra o Senhor Deputado Alexandre Ceranto.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Vossa Excelência, Deputado Pedro Tonelli, trouxe a minha mesa e simplesmente você falou e repito, que só seria apoio ao Deputado Antônio Annibelli, que eu respeito muito nesta Casa, eu assinaria até em branco por ele. Mas V. Excia. não disse que estavam escritas aquelas coisas que não deveriam es-

tar escritas, pois um homem sério, honesto nunca escreve contra a Sua Excelência, o Governador. coisas desonestas, por isso eu não assinei, e por isso tirei a minha assinatura e não concordo com a sua opinião. Mentiu para nós. Colocasse as coisas claras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua com a palavra, Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Solicito que desconte estes minutos Senhor Presidente.

E irei mais além.

Além de Vossa Excelência ser mentiroso, Vossa Excelência é safado. Vossa Excelência não assume a responsabilidade. Vossa Excelência devia ficar vermelho da cor da gravata de Vossa Excelência, porque o homem que tem o respaldo de um mandato neste Poder Legislativo, que acima de tudo este Poder tem que ser respeitado. Se aqui existe cafajeste, como Vossa Excelência, não pode misturar com os Deputados íntegros deste Poder Legislativo. E eu parabeneizo o ilustre Deputado Alexandre Ceranto. Vossa Excelência não é do meu partido, mas sempre tive um grande respeito por Vossa Excelência mesmo quando concorri nas eleições de 1986.

Senhor Deputado Pedro Tonelli, trato de Vossa Excelência porque o Regimento Interno me faz cumprir a determinação, senão trataria Vossa Excelência como cafajeste que não tem a responsabilidade de responder por este Parlamento.

Quero que Vossa Excelência receba o recado deste Deputado. Da próxima vez que Vossa Excelência tentar interferir dentro de um lar, onde existe uma esposa, uma esposa e dois filhos, não só o Governo do Paraná, pode ser até aqueles humildes para quem Vossa Excelência mente como mentiu nesta Casa a respeito dos homens sem-terra, dos quais Vossa Excelência fala tanto, mas na verdade não os assume. E não assume porque Vossa Excelência mente mais uma vez. Vossa Excelência tem Cz\$ 280 mil cruzados de crédito nesta Casa, de assistência social, e Vossa Excelência não levou aos homens sem-terra, às crianças, nem um quilo de arroz para atender àquelas crianças e aqueles que Vossa Excelência defende. Vossa Excelência a partir de hoje não merece o crédito deste Parlamento porque Vossa Excelência é mentiroso e safado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Segunda discussão do Projeto nº 128/87.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Para Encaminhar) - Em 20 segundos o assunto estará encer-

rado.

O texto da emenda do Deputado Pedro Tonelli e a atitude que ele tomou com os demais colegas da oposição representam a medida exata da educação e da cultura que o Deputado Pedro Tonelli possui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente. Primeiramente eu gostaria de dizer aos nobres Pares e ao Senhor Presidente, que compõem esta Casa de Leis que eu realmente tive a impressão, quando assumi este parlamento, de que nós estávamos começando uma nova história política no Estado do Paraná.

Quando ouvimos do então jovem Governador, na época, Senador, e depois eleito Governador do Estado, Álvaro Dias, os seus pronunciamentos no seu início de governo, uma prática em discursos de transparência, de moralidade, nós nos sentimos realmente sensibilizados.

Os seus discursos inflamados, os seus pronunciamentos públicos que visavam dar ciência à população paranaense que já estava ansiosa para ver bem conduzidos seus recursos, os recursos do povo do Paraná.

Sinceramente, nós fomos traídos por esta boa aparência divulgada para todo o Estado do Paraná.

Mas, simplesmente, este ato de hoje, talvez ele veio demonstrar quanto é frágil esta postura governamental que nós temos hoje no Estado do Paraná.

Todos os Deputados, desta Casa de Leis, creio eu, têm liberdade para tomar iniciativa, por tudo que é público, de todos os recursos públicos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência avoca o Artigo 25, do Regimento Interno, no seu Parágrafo 7º, onde Vossa Excelência está desvirtuando o encaminhamento de votação, então, portanto, Vossa Excelência está com vossa palavra cassada.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós estamos numa Casa democrática, o Deputado que precedeu o Deputado Pedro Tonelli, teve toda a liberdade para se expressar, da tribuna desta Casa, e em momento algum ele teve a sua palavra cassada ou como queira. Parece-me que o Deputado Pedro Tonelli, está, no encaminhamento, colocando a sua posição, e não entendo que ele esteja fugindo da matéria. Gostaria que esta Casa tivesse o mesmo peso, a mesma medida, tanto com o pessoal do lado de lá como com o pessoal do lado de

cá. Espero isso de Vossa Excelência, por quem tenho grande respeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Vossa Excelência sabe que este Presidente sempre teve o mesmo peso e a mesma medida, porém, mantém a palavra.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) - Gostaria que a Presidência desta Casa, ou a 1ª Secretaria, encaminhasse um presente, um Regimento Interno, ao Deputado Algaci Túlio. Parece que ele desconhece o Regimento Interno.

O SR. ALGACI TÚLIO - Gostaria que essa Presidência também notificasse quantas vezes o Deputado José Felinto comparece às sessões e se por acaso ele tem o Regimento Interno no seu gabinete.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Já que me foi cassada a palavra, eu gostaria de registrar que a moralidade e a transparência começam em casa com relação aos bens públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação. APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 203/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a "Federação das Associações dos Moradores do Estado do Paraná - FAMOPAR", com sede e foro nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 62/87 (Mensagem n. 82/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 13.03.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, hoje Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e os Municípios que especifica objetivando atendimento às Comunidades Rurais e Periurbanas, no que se refere às necessidades de água potável. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 65/87 (Mensagem n. 68/87 ex-Proposição n. 66/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, datado de 19.12.86, nº 8, convênio aditivo datado de 26.11.86 nº 19, convênio aditivo datado de 02.10.86, objetivando serviços de planeja-

mento agrícola. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a Discussão - Do Projeto de Resolução n. 66/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio n.º 03/87, celebrado em 05.06.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e o Município de Londrina, objetivando ação conjunta da SETR/PR e Prefeitura, no sentido de assegurar fornecimento de brita graduada ao referido Município. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 67/87 (Mensagem n.º 81/87 ex-Proposição n.º 75/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os termos aditivos a convênios de cooperação administrativa e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando alterar aplicação de recursos em melhorias nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas dos Municípios signatários. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 179/86, de autoria do Deputado Nilson Sguarezi, que dá nova redação ao Art. 137 da Lei Complementar n. 27 de 08.01.86, conforme especifica. (Isenção do pagamento de custas judiciais pelos Municípios, referente a certidões e aos registros de imóveis Municipais. Com PARECER FAVORÁVEL A EMENDA SUBSTITUTIVA POR UNANIMIDADE. (Public. no DA. 83, de 18.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 179/86

PARECER:

A intenção do nobre Deputado Nilso Sguarezi, ao apresentar o Projeto de Lei Complementar em exame, é dar nova redação ao art. 137 da Lei Complementar n. 27, de 08 de janeiro de 1986, garantindo a isenção do pagamento de custas judiciais pelos municípios, referentes a certidões e aos registros de imóveis municipais.

Conforme o Ofício n. 0294/86, do Senhor Prefeito Municipal de Barracão, a atual redação daquele art. 137 não assegura a isenção dos municípios de custas no Registro de Escrituras.

De acordo com a redação em vigor "os municípios serão isentos de custas no registro de matrículas imobiliárias...". Como a matrícula é isenta para todos, a inclusão daquela palavra no texto do já citado artigo não oferece garantias de que os municípios serão isentos daquelas custas.

A proposta de alteração permite corri-

gir e aperfeiçoar o texto legal, dirimindo as dúvidas existentes.

É o nosso entendimento que não existe nenhum impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça o trâmite da matéria nesta Casa de Leis. Além disso, a medida é das mais atuais e merecedora do nosso apoio.

Por tais motivos, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 179/86

Art. 1.º - O Art. 137, da Lei Complementar n.º 27, de 08 de janeiro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 137 - Os Municípios serão isentos de custas em todos os atos de registro, certidões, averbações, escrituras, matrículas, remissões, buscas, bem como no cancelamento desses atos mediante simples apresentação ao Oficial competente, pelo Prefeito Municipal, sem exclusão de quaisquer atos a que se refere a Lei dos Registros Públicos (Lei n.º 6015/73)".

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

Apoiamento: José Afonso Júnior, Gernote Kirinus, Tadeu Lúcio Machado, Djalma de Almeida César, Cândido Bastos, Basílio Zanusso e Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

A redação que ora estamos propondo ao Art. 137, da Lei Orgânica dos Municípios - Lei Complementar n.º 27, tem por finalidade eliminar dúvidas, antes existentes levantadas pelos senhores Titulares das Escrivanias Extrajudiciais, referentes aos atos, levados a registro e pedidos de certidões, junto a esse seguimento do Poder Judiciário.

As dúvidas, até aqui postas nas intenções da Lei, especialmente à redação do Art. 137, estavam vindo em prejuízo dos Municípios, como bem esclarece o incluso ofício n.º 294/86 do Senhor Prefeito de Barracão.

O poder público municipal, passa constantemente por sérios problemas financeiros. Sendo o serviço notarial das es-
crivanias extrajudiciais, nos termos da Lei de Organização Judiciária, um serviço público, é pois de boa prática administrativa, que se estabeleça a plena isenção de custas em favor da municipalidade, evitando assim, projetos simples, de baixo cus-

to, em favor da moradia do desfavelamento, eletrificação, e outros programas sociais, em favor dos pobres, dos humildes, dos desvalidos, tornem-se proibitivos, de serem realizados pelo Prefeito, dado ter que arcar com o pagamento de atos cartoriais, que reverterem unicamente em proveito dos titulares dos diversos Cartórios.

É o substitutivo ao Projeto de Lei n. 179/86, que ora apresentamos, e que temos a certeza, irá merecer o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Rejeitado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e solicita do Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o meu pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Havendo declinado, vamos proceder à verificação de votação.

Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Quatro Senhores Deputados aprovam; 25 Senhores Deputados rejeitam. Está REJEITADO.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 103/86, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que dá nova redação ao Art. 1º, da Lei n° 7.292/79. (Altera divisas do Município de Cafelândia, desmembrado do Município de Cascavel). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 42/86 de 12.05.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 103/86

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Sabino Campos, tem por finalidade dar nova redação ao art. 1º, da Lei n° 7.292/79 (altera divisas do Município de Cafelândia, desmembrado do Município de Cascavel).

Ao analisar o mesmo, estudamos minuciosamente cada peça instrutória do refe-

rido Projeto de Lei, donde nada encontramos que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Colenda Casa de Leis.

Isto posto, opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 103/86

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Sabino Campos, tem por objetivo dar nova redação ao artigo 1º, da Lei n° 7.292/79 (altera divisas do Município de Cafelândia, desmembrado do Município de Cascavel).

Da justificativa apresentada, verificamos que a medida proposta tem por finalidade corrigir redação indevida no memorial descritivo das divisas, quando veio a acrescentar terras pertencentes a outro Município, que não o de Cafelândia.

Em conformidade com a documentação anexada ao processo, e estando a mesma de acordo com as exigências estabelecidas pela LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS (Lei Complementar n° 27 de 08.01.86), tem-se comprovada a incorreção que ora nos propomos a corrigir.

Assim sendo, esta Douta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, chamada a opinar, vem acompanhar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pronunciando-se de maneira favorável ao Projeto de Lei n° 103/86, por entender que inexistente óbice que venha a prejudicar o trâmite normal do mesmo, nesta Colenda Casa de Leis.

Por tudo o que foi exposto, opinamos pela APROVAÇÃO do Plano de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

LAURO LOBO ALCÂNTARA

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 117/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor FRANKLIN VIEIRA DA SILVA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 71 de 24.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 117/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Lindolfo Júnior, visa a concessão de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Franklin Vieira da Silva.

O homenageado é diretor-proprietário do Jornal "O Diário do Norte do Paraná". Originário de Limeira, Estado de São Paulo, há muitos anos transferiu residência para a Cidade de Maringá, onde vem prestando relevantes serviços àquela comunidade.

O Projeto encontra-se devidamente justificado, não havendo impedimentos legais ou constitucionais para a sua normal tramitação.

Nosso parecer é, portanto, favorável a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 217/87, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que denomina "AEROPORTO ENGENHEIRO GASTÃO DE MESQUITA FILHO", o aeroporto do Município de Cianorte, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 93, de 02.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 217/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, tem por finalidade denominar "AEROPORTO ENGENHEIRO GASTÃO DE MESQUITA FILHO", o aeroporto do Município de Cianorte, Estado do Paraná.

A justificativa demonstra ser o homenageado digno do reconhecimento da comunidade que ele tanto serviu, sendo que sua obra o faz merecedor da honraria que ora lhe vem prestar o Estado que dele tanto recebeu.

Preenche o processo os requisitos legais e regimentais, estando desta forma em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais condições, somos de opinião FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 217/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, denomina "AEROPORTO ENGENHEIRO GASTÃO DE MESQUITA FILHO", o aeroporto do Município de Cianorte, Estado do Paraná.

Objeto de apreciação por parte da Doutra Comissão de Constituição e Justiça, mereceu da mesma o necessário e indispensável parecer favorável.

No que deve esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações se pronunciar, entendemos que o homenageado demonstrou ao longo de sua existência, todos os méritos para receber o reconhecimento que se traduz na referida homenagem. Vale salientar o papel de pioneiro e desbravador, que muito contribui para a expansão de nossa fronteira agrícola.

Neste sentido, manifestamos o nosso Parecer favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 12.11.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Resolução n° 78/87, oriundo da COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS, que aprova as Contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao Exercício de 1986 e regulamentada pela Resolução n° 55 de 03.10.1983.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO n° 78/87

ARTIGO ÚNICO - São aprovadas as contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1986, regulamentada pela Resolução n° 55, de 03.10.83.

Sala das Comissões, em 17.06.87.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

ANTÔNIO BELINATI

Relator.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO N° 13/87

PARECER:

Faz a diretoria financeira, através da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, um amplo relato sobre movimentação de créditos, movimento do caixa, movimentação bancária, prestação de contas e relação de cheques emitidos e não descontados até 31.12.86. Cita nominalmente os Se-

nhores Deputados, especificando de que maneira cada um deles aplicou o montante total de Cz\$ 110 mil cruzados, referente à verba de Assistência Social, relativa ao ano de 1986.

Pelo exposto a documentação está em ordem, razão que nos leva a emitir Parecer Favorável à sua aprovação pelos doutos membros da Comissão de Tomada de Contas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.06.87.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

ANTÔNIO BELINATI

Relator.

Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Eu gostaria de me abster, como não é possível, vou votar contra porque não tomei conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Será anotado o seu voto contrário, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, solicitando dispensa da Redação Final para os Projetos aprovados em 3. Discussão e que não tenham sofrido emendas nas sessões dos dias 16 e 17 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 308/87, que altera disposições da Lei nº 7567 que criou a Carteira Complementar dos Servidores do Poder Judiciário. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, com apoio dos Senhores Deputados Basílio Zannusso, Werner Wanderer, Alexandre Ceranto e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 97/85, transformado em Projeto de Resolução nº 85/86, que objetiva a criação do Município de Nova Tebas - **Em votação.**

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós elaboramos este requerimento, atendendo principalmente os objetivos da-

quela comunidade, de Nova Tebas. Temos conhecimento, através da Comissão pró-criação do Município de Nova Tebas, de que em audiência recentemente com o Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias, este deu a palavra de que se a Assembléia Legislativa aprovasse a criação do município ele iria sancioná-lo.

Em se tratando de um município que será desmembrado de um grande município do Paraná, talvez o maior, não sei precisar, do Município de Pitanga, e por ser um Distrito que preenche todos os quesitos necessários para a criação do município e também por estar bem distante da sua sede, entendemos que realmente nós não podemos, de forma nenhuma, após ter criado vários municípios neste período legislativo, frustrar a vontade da população daquela comunidade.

Portanto, é que nós encaminhamos este requerimento, com o apoio de vários parlamentares da Oposição e uma grande maioria dos Parlamentares da Situação. Eu acredito que, aprovado este requerimento e incluído na Ordem do Dia, deverá ser votada a criação do município e espero que os nobres Pares desta Casa o aprovem no mais breve tempo possível, para que esse povo tenha a sua liberdade, e tenha feito a sua vontade para fazer o progresso daquela região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - **Em votação. APROVADO.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Jaffer Franco, ocorrido no dia 14 de novembro do corrente ano, no Município e Paranavaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Pedro Stremel, ocorrido no dia 17 de novembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Mbá de Ferrante, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 326/87, do Poder Executivo, que autoriza a alienação das ações pertencentes ao BANESTADO, junto ao Banco Del Paraná S.A. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Estadual da L.B.A., encarecendo auxílio financeiro para a Creche José do Patrocínio, do Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a Creche José do Patrocínio, do Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a Creche Santo Antônio do Distrito de Farol do Oeste, Município de Campo Mourão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Estadual da L.B.A., encarecendo um auxílio financeiro para a Creche Santo Antônio, do distrito de Farol do Oeste, Município de Campo Mourão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de lombadas na Rodovia dos Minérios no Km 11, bairro Cachoeira do Bomfim, Município de Almirante Tamandaré. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Folha de Londrina", pela passagem do seu 39º aniversário. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando a anexação do Projeto de Lei nº 316/87, ao Projeto de Lei nº 08/87, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, por tratar-se do mesmo assunto. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição, nos anais desta Casa, do Documento do Sul, elaborado na reunião dos Secretários da Agricultura do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. **Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, viabilizando a construção de muro e calçada em toda a área que circunda a Escola Estadual Theobaldo Miranda Santos, do Município de Maringá. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, com apoio dos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Nelson Vasconcellos, constante do expediente, encarecendo a inclusão na construção da Ferrovia da Produção do trecho entre os Municípios de Cianorte, Umuarama e Guaíra. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Geral do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo a construção das laterais da PR- 495, na sede do Distrito de Flor da Serra, no Município de Medianeira. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a implantação da Escola Agrícola de 2º Grau, no Município de Marechal Cândido Rondon. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja dado como lido o pronunciamento sobre o achatamento salarial e cobranças de taxas e serviços por parte das estatais. **Deferido.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja declarada a vacância do cargo de 2º Secretário da Mesa, desta Casa. **À Comissão Executiva para apreciar.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações sobre as formas de pagamento do 13º salário dos funcionários Públicos Estaduais. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Justiça, encarecendo informações sobre o montante repassado pela Secretaria de Finanças, dos recursos provenientes da arrecadação da cobrança da taxa adicional sobre as custas judiciais nos exercícios de 1984, 1985 e 1986 e, no presente exercício, até o mês de outubro. **Em discussão.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, eu gostaria de conhecer o teor do re-

querimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência solicita ao Senhor 1º Secretário que leia o inteiro teor do presente requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lê o requerimento).

"Considerando que a Lei nº 7.809 de 29 de dezembro de 1983, que instituiu a taxa adicional sobre as custas judiciais destinadas ao valor arrecadado ao fundo penitenciário; considerando que a Lei nº 8.462 de 14 de janeiro de 1987, que deu nova redação à Lei acima referida, 50% de assistência ao menor e 50% ao fundo penitenciário, considerando que as dúvidas levantadas pela imprensa em especial para a série reportagem publicada pelo "Jornal do Estado", quanto à aplicação dos recursos provenientes da cobrança da tradicional taxa sobre as custas, devem ser esclarecidas pelo alto interesse público. Resolve, requerer pedido de informações sobre: Qual o montante arrecadado através da cobrança da taxa adicional, sobre custas judiciais. Qual o montante destinado à arrecadação total do fundo, em que data deste exercício foram feitos os repasses para o fundo. O total arrecadado no exercício financeiro 1984, 1985, 1986. Qual o percentual arrecadado aplicado no fundo Penitenciário. Além do Fundo Penitenciário que outros programas do Governo do Estado, no exercício acima citado receberam verbas dele provenientes. No exercício presente, qual o montante de verba passada para o Fundo Penitenciário? Existe um programa para o repasse? Quais as datas de exercício? Quando não acontece o repasse, onde, como e por que, são aplicados os recursos arrecadados? Qual o montante aplicado? Quais os programas que receberam e de onde foram provenientes? Em que datas foram feitos os empenhos?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação o requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio, por 10 minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, permite-me usar a tribuna?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero chamar a atenção do nobre Deputado Caíto Quintana, Líder da Bancada do PMDB, para o fato de que este nosso pedido de informação, foi feito para três Secretarias de Estado. Ao Senhor Secretário da Justiça, ao Senhor Secretário das Finanças

e ao Senhor Secretário do Trabalho e Assistência Social e ele baseia-se nas reportagens que foram feitas pelo "Jornal do Estado", que aprofundou-se na matéria em relação ao Fundo Penitenciário, onde inclusive numa das matérias, diz aqui e eu peço a atenção do Deputado Caíto Quintana, onde diz que verba das custas judiciais não chegaram ainda a FASPAR. Está aqui em manchete e quem está dizendo isto é a de imprensa da Secretaria de Finanças do Estado, quando informou que estão destinados Cz\$ 28 milhões de cruzados, provenientes das taxas adicionais das custas judiciais, para o programa de assistência ao menor abandonado, porém o órgão responsável, a Fundação de Ação Social do Paraná, FASPAR, que a propósito no dia de hoje, promoveu a vinda até esta Casa, de dezenas e dezenas de funcionários que, ao que tudo indica, foram dispensados do horário de trabalho para vir pressionar os Senhores Parlamentares desta Casa. Ao invés do Senhor Secretário se preocupar em saber onde é que estão essas verbas, preocupou-se em mandar funcionários para evidentemente, pressionar os Senhores Parlamentares. Também o doutor Dartagnan Cadilha, diretor do Departamento Penitenciário informa que o Fundo Penitenciário apesar de boas verbas não funciona e a matéria é extensa. A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, também se expressa na reportagem do "Jornal do Estado" dizendo que o Fundo Penitenciário é ilegal, pede sua extinção.

Na mesma página, o Secretário de Justiça diz que cobrança das custas será revisada. O próprio Secretário da Justiça tem ainda dúvidas com relação ao recolhimento destas verbas. O Secretário Luiz Carlos Jorge Haully diz que a arrecadação das custas para o fundo é repassada. Então ninguém sabe mais quem é que está falando a verdade em relação a este assunto. Temos mais aqui, ainda, na sequência do "Jornal do Estado", onde também a própria COSIPE, Coordenação do Sistema Penitenciário igualmente não sabe explicar onde é que está esta verba advinda das custas judiciais.

E é nesse sentido, apenas, para que nós Parlamentares e para que a população que paga essas custas e que deixa seu dinheiro nos cofres dos cartórios, tenha conhecimento se está realmente sendo repassada essa verba ou não, ou se esta verba está sendo usada para benefício e melhoramento do sistema penitenciário do Estado do Paraná, sendo que já posso antecipar que, lamentavelmente não temos visto nada de melhoria dentro do sistema. Aí estão as fugas e até aidéticos que se evadiram do sistema penitenciário ou do manicômio judiciário; as constantes evasões da Colônia Penal Agrícola de Piraquara. As fugas nas

delegacias no interior do Estado que viram depósito de presos porque nas penitenciárias não há mais espaço. E é o momento até de se questionar onde é que estão os 10 mini-presídios agrícolas que seriam construídos no interior do Estado? É apenas com essa intenção que nós queremos essas informações.

E com esse sentido também, estaremos encaminhando à mesa, uma questão de ordem, após, evidentemente, à votação dos meus três pedidos de informações. Eu acho que é um momento importante para esta Casa, porque volto a repetir, o próprio Secretário da Justiça diz aqui, na matéria do "Jornal do Estado", afirmando que a cobrança das custas será revisada.

Então, alguma coisa de anormal deve estar realmente acontecendo, quando aqui a própria FASPAR diz que as verbas das custas judiciais não chegaram ainda. Onde é que está essa verba? É esta a finalidade dos meus pedidos de informações aos três Secretários para que, evidentemente, o assunto seja devidamente esclarecido. É neste ponto que eu estou solicitando ao Plenário desta Casa a aprovação destes três pedidos de informações para que, repito mais uma vez, o povo que deixa nos cartórios uma determinada quantia a respeito das taxas judiciais possa saber se estas verbas estão sendo aplicadas ou não. É neste sentido que eu peço neste momento, o espírito democrático do PMDB e também esta transparência que deve existir e quero crer que exista com relação a esses três pedidos de informações dessa mesma Bancada no sentido que todos nós sejamos informados em que situação se encontra, na verdade o Fundo Penitenciário, que já tem nessa Casa, parece-me um Projeto do Deputado Luiz Alberto Oliveira pela sua extinção, e tem também nesta Casa um Projeto do Deputado Rafael Greca também pedindo a sua extinção, porque na verdade é um fundo muito nebuloso, e nós não queremos que amanhã ou depois, o Fundo Penitenciário sirva para mais um assunto, para mais um episódio a respeito, igual como aconteceu com o caso do PROMOPAR, que até hoje não está devidamente esclarecido. É por isso que nós apelamos ao bom senso da Bancada do PMDB na aprovação desses três pedidos de informações.

O Sr. Rafael Greca (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Senhor Presidente, ainda uma vez nós encarecemos à Banca-

da da Situação no sentido de que contribua para a transparência do Governo do Paraná. Não há mal nenhum que os Senhores Secretários de Estado informem para onde vão as verbas do Fundo Penitenciário, se realmente são dignas e convenientemente aplicadas conforme preceitua a Lei votada por esta Assembléia no Governo do Senhor José Richa. No entanto, se tais verbas não são colocadas de maneira correta, daí há motivo para a Bancada da Situação negar a informação que solicita o nobre Deputado Algaci Túlio, aliás, ainda uma vez, eu aproveito para registrar que na Lei Orgânica do Município de Curitiba, a qual foi feita em 1975, quando se falava do período áureo da ditadura, os Senhores Vereadores tinham e têm o direito de fazer qualquer indagação ao Executivo, e o Executivo tem 30 dias para respondê-las.

No entanto, nós Deputados, não podemos perguntar ao Governo as dúvidas que assaltam a população. E eu mesmo entrei com um Projeto nesta Casa, pedindo a extinção da Lei do Fundo Penitenciário, porque o jurista Mansur Teófilo Mansur, que é uma das pessoas mais conceituadas desta cidade, garantiu-me que se trata de um verdadeiro "bis in idem", ou seja, a dupla cobrança das custas de processo da população, quando se dirige aos cartórios.

Porque já cobram as custas do processo, por conta da justiça. De maneira que, se não vem a informação oficial, fica a Oposição com autoridade para duvidar da possibilidade da justa aplicação desta Lei.

Ademais, a população de Curitiba precisa de uma informação a propósito do recente fiasco nas penitenciárias do Estado, quando, por um rombo, numa das paredes fugiram 5, e eu me socorro ao Deputado Algaci Túlio, porque 4 presidiários fugiram do manicômio judiciário, com grave risco de contaminação para a população.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós encarecemos ao Governo que possibilite a aprovação deste requerimento.

Era isto.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar ou pela ordem?

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem).

E eu serei bem objetivo. Uma vez, Senhor Presidente, que a Bancada do PMDB já votou este Projeto e eu, autorizado pela Liderança do nosso Partido, solicito à Bancada que vote favorável ao requerimento do Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação. APROVADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Assistência Social, encarecendo informações sobre o valor total já recebido por essa Secretaria, no presente exercício, dos recursos provenientes da cobrança da taxa adicional cobrada sobre as custas judiciais. Aprovada. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Justiça, encarecendo informações sobre o montante repassado pela Secretaria de Finanças, dos recursos provenientes da arrecadação da cobrança da taxa adicional sobre as custas judiciais, nos exercícios de 1984, 1985 e 1986 e, no presente exercício, até o mês de outubro. Em votação.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, pela ordem.

Gostaria de saber o teor do requerimento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e...

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Só para esclarecer à Bancada do PMDB, o teor dos requerimentos são os mesmos, só que são para três Secretários.

O SR. NILTON BARBOSA - Nós concordamos e acreditamos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - APROVADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio ao ato do Capitão Luiz Fernando Walther de Almeida, que comandando 53 subordinados cercou a Prefeitura do Município de Apucarana. Aprovado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Gostaria de registrar meu voto contrário ao requerimento, uma vez que se trata de um problema em Apucarana, isolado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está anotado o seu voto.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, pe-

dindo a solução do problema entre aquele órgão e os mutirantes do Projeto Mutirão, implantado no Município de Arapoti. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano para que interceda junto à SANEPAR, encarecendo solução para o problema existente entre aquele órgão e o Projeto Mutirão, implantado no Município de Arapoti. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SURHEMA, por intermédio da Secretaria do Interior, pleiteando solução do processo de poluição que afeta o Rio Ribeirão "Boi Pintado", do Município de Santo Antônio da Platina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Cultura, Justiça e Presidente do Conselho Nacional de Cinema - CONCINE, encarecendo a atenção às locadoras de vídeo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, encarecendo a aceleração nas nomeações de escrivães de polícia e agentes de segurança, aprovados em recente concurso público. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Agricultura, Secretário da Agricultura e Diretor do Crédito Rural do Banco do Brasil, encarecendo apoio e imediato refinanciamento, com ressarcimento a PROAGRO a suspensão das dívidas contraídas, pelos agricultores que tiveram suas lavouras destruídas, com perdas de 100%, no Município de Chopinzinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Direção da COHAPAR, encarecendo relação dos compradores de casas populares do conjunto Missões-PR, bairro Pinheirinho, no Município de Francisco Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Deputados Federais do Paraná e

todos membros da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, encarecendo apoio para eleições presidenciais em 1988. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos Senadores e Deputados membros da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte que votaram pelo mandato de 4 anos para o Presidente da República. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo informações sobre o valor total perda real do Município de Bandeirantes, no decorrente exercício em virtude da Lei nº 8.282 de 15 de abril de 1986. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Comunicação Social, encarecendo informações sobre o custo do caderno especial sobre o Paraná, publicado pelo Jornal "Gazeta Mercantil" intitulado "Os Caminhos do Paraná". Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli, por 10 minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Simplesmente para justificar este pedido de informação, pois creio que isto é o mínimo que esta Casa de Leis pode exigir de todos os atos públicos deste Estado. Vemos publicada na "Gazeta Mercantil" um caderno, um grande caderno, divulgando o trabalho do Governo do Paraná e simplesmente gostaríamos de saber quanto custou. Se nada custou, se custou mil cruzados, se custou 30 milhões. Não sei quanto custou, simplesmente gostaríamos de saber o custo desta publicação, para termos a informação e assim podermos nos basear em afirmações concretas. Era isto Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrada a discussão e votação. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando a convocação do Secretário da Administração, para que explique a esta Assembleia os critérios adotados pela Comissão de Acúmulo de Cargos para a exclusão de servidores do quadro do Estado. Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mesmo que o Deputado Mário Pereira não tenha aprovado a sua convocação para vir a esta Assembleia a fim de explicar o critério adotado pela Comissão de Acúmulo de Cargos para exclusão dos servidores do quadro do Estado, eu tenho o dever de alertar a Bancada da Situação do que há pelo menos 1.300 famílias atualmente lançadas na intranquilidade e na desesperança e nós gostaríamos que o Senhor Secretário, nosso colega Deputado, em caráter de urgência, explicasse à opinião pública do Paraná e também a esta Assembleia os critérios adotados pela chamada Comissão de Acúmulos de Cargos para exclusão dos servidores do Estado do serviço público.

Qual a fundamentação que deu origem àquela Comissão? E sobre qual critério está sendo adotado para verificação da existência do acúmulo de cargos e qual o verdadeiro espírito adotado para esta verificação, já que há um grave perigo de generalização e de polêmica que não condiz com os direitos dos trabalhadores quanto ao verdadeiro entendimento do artigo 99 da Constituição Federal em vigor?

Não se trata de proteger acúmulos de cargos morais ou ilegais, mas como o jurista Castro Aguiar, em geral nós cremos que as acumulações são nocivas, inclusive porque cargos acumulados são mal desempenhados.

No entanto nós temos notícias de injustiças já cometidas pelos membros dessa Comissão em generalizar a interpretação do artigo 99 da Constituição Federal.

Por exemplo, a professora aposentada Mariza Marilda Belon que exerce a função através de contrato individual de trabalho junto ao DER, de Assistente Administrativo na Diretoria de Construção, estaria sendo caracterizada de acúmulo, digo, caracterizada como culpada de acúmulo ilegal de proventos com emprego público. Esta caracterização pusilânime não é correta e há jurisprudência comprovando isto. Uma pessoa inativa, que conquistou a sua aposentadoria com longos anos de trabalho como professora e viu-se ainda com força de trabalho condenada a receber um pagamento vexatório, pode, inclusive, nos termos da atual Constituição tornar a vender ao Estado a sua força de trabalho, não caracte-

rizando acúmulo de cargos. O jurista Ely Lopes Meirelles no seu livro Direito Administrativo Brasileiro, na folha 414 diz que pela mesma razão entende que atualmente inexistem óbices constitucionais à acumulação de cargos, funções ou empregos do serviço público, desde que o servidor seja remunerado apenas pelo exercício de uma das atividades acumuladas. Trata-se, todavia, de uma exceção e não de uma regra que as administrações devem usar com cautela. Daí, diz o professor, um juiz, um professor, um médico ou um ocupante de um cargo técnico ou científico, desde que aposentado, poderá exercer legitimamente as acumulações previstas nos termos do inciso 99.

Se o Deputado Mário Pereira prestar atenção a este pedido de Informações e se a bancada da Situação nos permitir que ele seja convocado para explicar os critérios, com certeza nós estaremos evitando injustiça, por ignorância da Lei, pelo menos no caso dessa Senhora da Diretoria de Construção Civil do DER.

E não é demais lembrar os custos e a intranquilidade que inúmeros mandados de segurança que, embora seguramente sejam acatados, representarão em perda de tempo e dinheiro para uma população que já é oprimida, como aliás, já é oprimido todo o nosso Brasil.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu só gostaria, se possível, dar uma sugestão ao ilustre Deputado Rafael Greca, de que a Bancada votaria favorável e acho louvável a sua posição, mas desde que não fosse uma convocação ao Secretário, mas sim somente um pedido de informação de Vossa Excelência e nós estaremos à disposição de votar à favor, pois acho isso importante junto à Bancada do Partido de Vossa Excelência, e da Bancada do PMDB.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu retiro, então, a convocação do Secretário e amanhã transformo em pedido de informações, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Terá o apoio da Bancada.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência aceita e está retirado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Conselho Estadual de Educação e SUNAB, encarecendo coibir abusos cometidos por colégios particulares na cobrança de taxas

de matrículas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Antônio Annibelli e Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação da Comarca de General Carneiro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Centro Cultural Brasil-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas do Paraná, pela posse da nova diretoria e comemora os 70 anos da Revolução Socialista Soviética. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de telex à Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte manifestando apoio à decisão de eleições presidenciais em novembro de 1988. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a convocação do Presidente da COPEL, para que o mesmo, em Plenário, possa informar aos Parlamentares sobre a aplicação que terão os recursos denominados de "Execução de outros Programas e Atividades da COPEL", segundo o que consta na Mensagem Governamental, que deu origem ao Projeto de Lei n. 226/87. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Anibal Khury) (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela ordem) - Senhor Presidente, declino da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Havendo declinado, esta presidência irá fazer a verificação de votação.

Solicito aos Senhores Deputados que tomem seus assentos por gentileza.

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Vinte e cinco Senhores Deputados rejeitam e 4 aprovam. Está rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de 50 casas populares através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Guaratuba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente ao Diretor-Presidente da COHAB, encarecendo a construção de 50 casas populares no Município de Piraquara. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Tribunal Eleitoral e Tribunal Superior Eleitoral, encarecendo a renovação do contrato com a CELEPAR, a fim de serem confeccionadas as etiquetas dos títulos eleitorais. Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa do editorial do Jornal Indústria e Comércio, intitulado "A farsa é federal, mas os ônus são dos Estados". Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, de que trata o Editorial?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) O título é: "A farsa é federal, mas os ônus são dos Estados".

O SR. NESTOR BAPTISTA - Agradecido, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) ... Em votação. **Aprovado.**

À Diretoria Legislativa. (A matéria achase publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Governador do Estado, encarecendo o apoio às reivindicações dos Escrivães de Polícia e Agentes de Segurança, no sentido de que sejam efetuadas de uma só vez as nomeações dos mesmos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Presidente do BANESTADO. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, encarecendo o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, viabilizando a criação de uma agência do citado banco, no Município de Três Barras do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 214/86, 128/87, 203/87, 97/85

e dos Projetos de Resolução ns. 62/87, 65/87, 66/87, 67/87, 68/87

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 252/87

(A Presidência alerta aos Senhores Deputados para a

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 252/87 - Orçamento Geral do Estado. Exercício de 1988.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 103/86, 117/87 e 217/87.

e do Projeto de Resolução n. 78/87

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 97/85, 278/87, 326/87

e do Projeto de Resolução n. 80/87

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei ns.
255/85, 137/87, 212/87, 213/87,
230/87, 234/87, 250/87.

e dos Projetos de Resolução ns. 63/87
e 64/87

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns.
103/86, 117/87 e 217/87

e do Projeto de Resolução n. 78/87

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns.
278/87 e 326/87

e do Projeto de Resolução n. 80/87

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Comple-
mentar n. 272/84

e dos Projetos de Lei ns. 66/84,
72/84, 235/86, 21/87, 94/87, 101/87,
145/87, 159/87, 183/87, 187/87, 189/87,
195/87, 211/87, 233/87, 235/87, 237/87,
238/87, 241/87, 242/87, 244/87, 245/87,
246/87, 248/87, 251/87, 257/87, 260/87,
261/87, 264/87, 265/87, 274/87, 276/87,
280/87, 282/87, 335/87, 336/87, 337/87

e dos Projetos de Resolução ns. 46/87,
48/87, 69/87, 70/87, 71/87, 72/87, 73/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CA-
SA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR
DEPUTADO NEREU CARLOS MASSIGNAN, EM SESSÃO
DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 1987.

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria da Agricultura e
do Abastecimento

GS/OFD/2308/87-C

Curitiba, outubro de 1987.

Senhor Deputado.

Anexo estamos encaminhando a Vossa Ex-
celência cópia do Documento do Sul, razões
finais da reunião entre os Secretários da
Agricultura da Região Sul, em Florianópo-
lis/SC, no dia 13 do corrente mês.

Anexamos também, laudas de informações
sobre os resultados da audiência mantida
pelos Secretários com o Senhor Ministro
Iris Resende, da Agricultura, no dia
16.10.87, em Brasília.

As mesmas reivindicações foram apre-
sentadas ao Senhor Ministro da Fazenda
Bresser Pereira, em Curitiba, no dia 19
último.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Ex-
celência para esclarecimentos ou comple-
mentação de informes.

Atenciosamente

(a) OSMAR DIAS

Secretário de Estado
REUNIÃO DE FLORIANÓPOLIS, SC, EM 13.10.87:

Documento Sul

Os Secretários de Agricultura dos Es-
tado do Paraná, Santa Catarina e Rio Gran-
de do Sul, reunidos no dia 13.10.87, em
Florianópolis, conjuntamente com políticos
e lideranças dos setores, ao analisarem a
grave crise por que passa a suinocultura e
a avicultura, encaminham os seguintes
pleitos:

a) Correção imediata do preço mínimo
do suíno Cz\$ 36,00 por quilograma vivo,
devendo ser reajustado mensalmente pela
variação da OTN.

b) redução da carga tributária inci-
dente sobre as carnes suína e de aves como
forma de viabilizar a prática do preço mí-
nimo.

c) redução dos preços dos insumos via
mecanismos de incentivo, com a finalidade
de baratear os custos de produção, com
provável influência na conformação do pre-
ço mínimo solicitado.

d) formação imediata do estoque regu-
lador da carne suína de 20.000 toneladas,
conforme já prometido, considerando a re-
lação de 1.8 sobre o preço mínimo para a
aquisição de carcaças, respeitando ainda,
a consulta prévia aos Estados produtores
quanto à época mais adequada para a desova
dos estoques. A formação do estoque deve
ser efetuada através do sistema de EGF com
cláusula de compra.

e) garantia de suprimento de milho até
a entrada da próxima com interiorização
imediata para Santa Catarina e Rio Grande
do Sul, suspensão da remoção de parcela do
milho do Paraná para o nordeste, cujo
abastecimento poderá ser efetuado com o
produto estocado nos Estados do Centro-
Oeste.

f) liberação das cotas de exportação
de carne bovina e priorização das desovas
dos estoques oficiais através do consumo
institucional (merenda escolar, forças ar-
madas e outros órgãos oficiais).

g) quando as negociações internacio-
nais implicarem importações de carnes, as
mesmas devem ser contratadas mediante a
prévia consulta dos Estados produtores.

h) manutenção da venda direta de milho
aos criadores, buscando a isonomia com São
Paulo e Estados do Nordeste.

i) liberação imediata dos preços de
varejo da carne de frango, suína e seus
derivados, desvinculando-os do controle do
CIP.

j) garantia de recursos para investi-
mento e custeio dos plantéis e prorrogação
dos EGF e custeio de milho.

N.B.

As indústrias somente se comprometem a

pagar o preço mínimo para suíno pleiteado (Cz\$ 36,00 por quilograma), caso sejam implantados simultaneamente os mecanismos de redução da carga tributária incidente sobre os produtos suinícolas, a instituição de subsídios para o milho em grão e farelo de soja e a desvinculação do controle do CIP.

O ponto positivo desta reunião em Brasília, foi a demonstração de que o Sul é capaz de se integrar, de se unir, na defesa dos direitos dos agricultores daquela área. É preciso constatar que os resultados aqui obtidos não são suficientes para debelar a crise em que estamos mergulhados - argumentou Osmar Dias, e ainda ponderou "é preciso anotar, também, a disposição do Ministro Íris Rezende, em atender aos produtores. O Ministro não pode ser acusado pela tibieza ou lentidão da política agrícola. Quem define os rumos, em suma, é o Conselho Monetário Nacional".

ESTOQUE REGULADOR.

O Ministro Íris Rezende anunciará, na próxima semana, a formação do estoque regulador de carne suína. Segundo Osmar Dias "esta promessa já foi feita há mais de três meses e não foi cumprida. Esperamos que, desta vez, se concretize".

Para Walter Sobol, do Ministério da Fazenda, "o problema é a falta de caixa, pois o Governo Federal não está vendendo o que possui".

SUPRIMENTO DE MILHO

Palavras textuais do Ministro Íris Rezende: "- Se o Paraná, realmente, vir a precisar de milho e o mesmo tiver que vir de Goiás, será colocado no Paraná nas mesmas condições em que é oferecido aos produtores do Nordeste".

CARNE: EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

Já está sendo autorizada a liberação de 20.000 toneladas de carne bovina nacional. A que foi importada ficará para consumo interno.

O Ministro da Agricultura comprometeu-se perante aos Secretários, a ouvir os Estados produtores quando da eventual necessidade de importação de carne.

Osmar Dias fala sobre a venda do milho: "- lamentável é que os produtores do Paraná continuarão a comprar milho do Governo Federal nas mesmas condições de hoje, ou sejam em condições desfavoráveis àquelas dos produtores de São Paulo".

PREÇOS NO VAREJO

O Governo Federal comprometeu-se em

liberar - paulatinamente os preços dos produtos suinícolas no varejo, retirando-os da lista da COBAL. As indústrias reclamam que estão tabelados os preços dos produtos consumidos pela classe alta e liberados os preços aos consumidores de menor poder aquisitivo. A sugestão é de que sejam liberados todos os preços.

SUINOCULTURA: PROVIDÊNCIAS TOMADAS (E NÃO TOMADAS) EM BRASÍLIA

Numa audiência que durou cerca de 3 horas e meia, no último dia 15 em Brasília, os Secretários de Agricultura do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) debateram com o Ministro Íris Rezende e assessores os tópicos pautados no "Documento do Sul", elaborado em reunião que teve lugar na Capital catarinense, no último dia 13.

A discussão girou em torno da data em que foi estabelecido o preço mínimo de Cz\$ 24,00 o quilo, uma vez que - para o Governo Federal - agosto foi o mês e, para os suinocultores foi o preço de junho, pois o cálculo foi divulgado em julho, com os preços referentes a junho. Sobre o assunto, a proposta do Governo Federal foi de Cz\$ 28,00, não aceita pelos suinocultores.

Na opinião do Secretário Osmar Dias, do Paraná "O Governo deveria basear-se nos custos atuais, uma vez que foi ineficiente no controle do preço dos insumos destinados à suinocultura".

Por outro lado, tanto o Ministro da Agricultura, como Walter Sobol, do Ministério da Fazenda, assumiram o compromisso de propor ao Conselho Monetário Nacional um novo preço mínimo - que seria corrigido mensalmente pela OTN. A reunião do CMN está marcada para o dia 29.

Ainda se acertou, até o dia 22 do corrente, técnicos do Governo Federal e de entidades representativas dos suinocultores decidirão quais os critérios a serem adotados, anotando-se que as indústrias são contrárias ao reajuste, uma vez que poderá ocorrer queda, ainda maior, de consumo.

Osmar Dias, de Brasília, opina: "é muito provável que o Governo Federal decida sobre os novos preços mínimos, quando os preços de mercado já forem superiores".

Quanto à redução da carga tributária incidente sobre a carne suína e aves, ficaram sem perspectivas de mudanças. No que diz respeito ao ICM, cada Estado, analisará o problema individualmente. Os preços dos insumos, também estão sem perspectivas de redução.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO, EM SESSÃO DO DIA

17 DE NOVEMBRO DE 1987.

"A Farsa é Federal, mas os ônus são dos Estados"

A situação a que o Paraná está submetido, com a ameaça de intervenção federal, pedida pelo empresário Kit Abdalla, devido ao não cumprimento de ordens judiciais expedidas contra trabalhadores rurais sem-terra, que ocuparam áreas em processo de desapropriação, coloca a nu a verdadeira intenção do Governo do PMDB e do PFL, a respeito da reforma agrária.

Prevaleceu a demagogia, infelizmente, sobre a política de realizações que deveria ser o ônus de um Governo que nasceu sob a égide da "reconstrução". Titubeante em todos os sentidos, o Governo José Sarney foi, passo-a-passo, soterrando todas as promessas que levaram milhões às ruas, viabilizando a candidatura do ex-presidente Tancredo Neves.

A Constituinte que deveria ser soberana e exclusiva é hoje um grupamento de descontraídos, tramando o que virá a ser regra maior de toda a nação. O resgate de

uma situação social grave não passou de um slogan gasto e mediocre, que é desmascarado por um salário mínimo de 38 dólares, quicá o mais rasteiro dos países em desenvolvimento.

A economia, tratada por amadores, na vega ao sabor dos acontecimentos políticos. Quando a crise for iminente, sacrificar-se-á mais um ministro. Far-se-á novo plano, dir-se-ão novos projetos e metas, que fatalmente serão refeitas a cada novo plano.

Diante do fracasso de todas as suas propostas, o Governo resolveu adotar uma nova política, para fantasiar as suas "realizações". A fantasiosa reforma agrária transforma-se, na verdade numa política de tímidos assentamentos. Inferior, até ao trabalho do general Danilo Venturini. Enquanto isto, o ônus da farsa é jogado sobre as costas das administrações estaduais, fadadas a terem que escolher entre ceifar as esperanças de suas gentes ou sofrer intervenção federal. A "Nova República", que tendia a um final mediocre, des-camba agora também para a tragédia.